



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

DESPACHO: 24/02/99 - (AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COM. DE TRABALHO, DE ADM. E SERV. PÚBLICO, EM / /

## REGIME DE TRAMITAÇÃO

ORDINÁRIA

URGENCIA  
(ARQUIVADO REG.  
EM 12/5/99)

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
ETASP	7 / 4 / 99
CTASP	20 / 08 / 99
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
ETASP	10 / 5 / 99	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Valdomiro Meger	Presidente:	
Comissão de:	Trabalho, de Adm. e Serviço Público	Em:	7 / 05 / 99
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /

DE 199

PROJETO DE LEI Nº



TRAMITAÇÃO SIMULTÂNEA  
devolver à CCP  
após a apreciação

Coordenação de Comissões Permanentes  
RECONSTITUÍDO

APENSADOS

# URGENTE CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

DESPACHO: 24/02/99 - (AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO  
E SERVIÇO PÚBLICO; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL;  
E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,  
II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COM. DE RELAÇÕES EXT. E DE DEFESA NACIONAL, EM 31/08/1999.

## REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CCEDN	31/08/99
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	<u>Fernando Jacóbar</u>	Presidente:	
Comissão de:	<u>Relações Exteriores e Defesa Nacional</u>	Em:	25/08/99
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	<u>Edison Andrino</u>	Presidente:	
Comissão de:	<u>Relações Exteriores e Def. Nacional</u>	Em:	3/9/99
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /

DE 1999

PROJETO DE LEI Nº

98





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

1

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
			88	99	7	5	1999	MARGARET

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

DISTRIBUIÇÃO Nº 14/99 AO RELATOR, DEPUTADO VALDOMIRO MEGER.

PRazo PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS: 5 SESSÕES  
A PARTIR DE 10/5/99

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

2

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
			88	99	12	5	1999	MARGARET

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA DOS SRS. LÍDERES,  
NOS TERMOS DO ART. 155 DO RICD

ENCAMINHADO AO RELATOR, DEP. VALDOMIRO MEGER.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

3

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
			88	99	13	5	1999	MARGARET

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

ENCAMINHADO À CCP TENDO EM VISTA DESPACHO DO SR. PRESIDENTE  
NO REQUERIMENTO DO SR. PADRE ROQUE, QUE SOLICITOU A APENSACÃO  
DO PL Nº 88/99 AO PL Nº 2223/96, NOS TERMOS DO  
ART. 142 DO RT

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

4

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CTASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
			88	1999	14	09	1999	SGM

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Parecer favorável do relator, Dep.  
Valdomiro Meger, nos termos do substitui-  
tivo da CC JK

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)



Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

(AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II  
Trabalho, de Adm. e Serviço Público  
Relações Exteriores e de Defesa Nacional  
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)  
Em 24/02/99 PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997

Dispõe sobre o Serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir nas Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, Forças Auxiliares e reserva do Exército o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, as condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado ou o Distrito Federal determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do Serviço Auxiliar Voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que, realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário, serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá ao critério de seleção entre os alistados que excederem às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão incorporados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos.

§ 2º O efetivo a ser incorporado, não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não podendo exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá a duração de 01 (um) ano, podendo o prestador, desse serviço engajar-se por mais 01 (um) ou 2 (dois) anos, no máximo, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 5º A União fará a supervisão dos efetivos, convocação e mobilização dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º Obedecido ao disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário, especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento assistência de saúde desincorporação.

Art. 7º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva Instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou de folga.

Art. 8º Aplica-se, ao prestador do serviço auxiliar voluntário instituído por esta lei, o previsto para os integrantes das polícias militares e corpos de bombeiros militares na Lei nº 4.375, de 17 de dezembro de 1964 (LSM) e respectiva regulamentação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 1999

  
Deputado JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA

24/02/99

### JUSTIFICAÇÃO

As polícias militares e corpos de bombeiros militares, instituições militares responsáveis pela segurança pública têm a necessidade de um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo pronto de policiais e bombeiros para a atividade fim da Instituição.

Nos dias atuais temos assistido um número cada vez mais crescente do desemprego e os jovens que atingem a idade do serviço militar estão prontos para entrar no mercado de trabalho e ao serem dispensados do serviço militar ficam sem uma profissionalização e oportunidade de iniciar o seu primeiro emprego.

Em países desenvolvido do mundo como a França temos a prestação de serviço nas instituições de segurança pública e com certeza essa medida atinge várias vertentes das necessidades sociais, tanto para o jovem, para a Instituição, para a segurança pública e para a sociedade que com certeza terá mais policiais e bombeiros nas ruas dando-lhe segurança.





# LEI Nº 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964

## LEI DO SERVIÇO MILITAR.

---

### TÍTULO I

#### Da Natureza, Obrigatoriedade e Duração do Serviço Militar

### CAPÍTULO I

#### Da Natureza e Obrigatoriedade do Serviço Militar

---

Art. 4º - Os brasileiros nas condições previstas nesta Lei prestarão o Serviço Militar incorporados em Organizações da Ativa das Forças Armadas ou matriculados em Órgão de Formação de Reserva.

Parágrafo único. O Serviço prestado nas Polícias Militares, Corpos de Bombeiros e outras corporações encarregadas da segurança pública será considerado de interesse militar. O ingresso nessas corporações dependerá de autorização de autoridade militar competente e será fixado na regulamentação desta Lei.

---

---





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro. Apense-se o PL n.º 88/99 ao  
PL n.º 2.223/96. Oficie-se ao  
requerente, e após, publique-se.

Em 04 / 05 / 99

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Michel Temer  
Presidente da Câmara dos Deputados


**REQUERIMENTO**  
**(Do Sr. Padre Roque)**

Solicita tramitação conjunta dos Projetos de  
Lei n.ºs 2.223/96 e 88/99.

Senhor Presidente:

Estando em tramitação, nesta casa, os Projetos de Lei n.ºs 2.223/96, do Deputado Padre Roque, que "Autoriza a organização de corpos de bombeiros municipais voluntários em cidades e vilas não assistidas por destacamentos locais do respectivo Corpo de Bombeiros Militares", e 88/99, do Deputado Alberto Fraga, que "dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares", requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 142 do Regimento Interno, a tramitação conjunta das referidas proposições.

Plenário da Câmara dos Deputados, em 04 de maio de 1999.

  
Padre Roque  
Deputado Federal – PT/PR.



SGM/P nº 476

Brasília, 11 de maio de 1999.

Senhor Deputado,

Em atenção ao requerimento de Vossa Excelência, datado de 04 de maio de 1999, no sentido da apensação do PL nº 88, de 1999, do Senhor Alberto Fraga, que *Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares*, ao PL nº 2.223, de 1996, de sua autoria, que *Autoriza a organização de corpos de bombeiros municipais voluntários em cidades e vilas não assistidas por destacamentos locais do respectivo Corpo de Bombeiros Militares*, comunico-lhe que o pedido foi deferido, para que as proposições tenham tramitação conjunta, nos termos regimentais.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

  
**MICHEL TEMER**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
**DEPUTADO PADRE ROQUE**  
Anexo III, Gabinete 568  
N E S T A





**Submeta-se ao Plenário.**

Em / / 99 Presidente

**Requerimento**  
(Do Sr. Luiz Antonio Fleury e outros)

Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei n.º 88, de 1999, do senhor Alberto Fraga.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos a V. Ex<sup>a</sup>., regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei n.º 88, de 1999 do senhor Alberto Fraga, que dispõe sobre o Serviço Auxiliar e Voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Sala das Sessões, em 27/Abr de 1999.

27/04/99

Deputado Luiz Antonio Fleury  
PTB-SP

GER 3.17.23.004-2 (MAI/98)



PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO À  
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, AO  
PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, analisando com o autor do Projeto de Lei nº 88, de 1999, e com várias Lideranças, elaboramos um Substitutivo que, segundo as várias discussões, atenderia a grande parcela do Congresso Nacional.

O que visa o projeto de autoria do Deputado Alberto Fraga? Ele permite o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares.

*Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições que estão estabelecidas no Substitutivo apresentado.*

*Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período.*

*Parágrafo Único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no **caput** desse artigo nos seguintes casos:*

*I - em virtude de solicitação do interessado;*



---

*II - quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou*

*III - em razão da natureza do serviço prestado.*

*Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:*

*I - homens, maiores de 18 e menores de 23 anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e*

*II - mulheres, na mesma faixa etária.*

*Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:*

*I - o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada grupo de cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;*

*II - os requisitos necessários para o desempenho das atividades ínsitas aos serviços a serem prestados; e*

*III - o critério de admissão dos voluntários aos serviços.*

*Art. 5º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta lei.*

*§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder a dois salários mínimos.*



---

*§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.*

*Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.*

Sras. e Srs. Deputados, o texto que li do Substitutivo já contempla uma solicitação do Líder do PT, Deputado Geraldo Magela, que não concordava com o fato de o Substitutivo, no seu art. 2º, ficar a expressão *"a critério do Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar*. Portanto, a redação fica contida na seguinte expressão: *"A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por no máximo igual período"*.

Como existe um Substitutivo já apresentado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e que regimental e tecnicamente teria a preferência, estamos apresentando requerimento para que o parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ora apresentado, tenha a preferência na votação, pois, do contrário, este acordo construído não traria os resultados almejados não só pelos autores, mas pelos Líderes e pelos demais Relatores.

Entendemos inclusive que, com essa aprovação, daremos oportunidade a vários daqueles que, sendo dispensados do serviço militar, encontrarem dificuldade de colocação profissional possam encaixar-se na possibilidade da prestação de



serviço às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros por um determinado período, sujeito a prorrogação.

A partir daí criaremos a expectativa de atendimento a vários jovens que estão sem perspectiva no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, várias funções burocráticas de polícia que hoje são ocupadas por um policial devidamente concursado. Isso poderia fazer com que esse policial fosse exercer as funções precípua de segurança que reclama a população e deixaria essa atividade burocrática para esses jovens que prestariam o serviço voluntário.

Este é o Substitutivo que apresento. Oportunamente pediremos, regimentalmente, preferência de votação, já tendo sido excluído o texto do antigo art. 6º, em razão da necessidade de acordo, para que ele seja retirado. O art. 7º passaria a ser o 6º. Haveria supressão de parte do art. 2º, em razão de uma solicitação da Liderança do PT.

Sr. Presidente, este é o relatório, com o Substitutivo, pela aprovação do Projeto de Lei nº 88, de 1999, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.







(Fls. nº 02 do Substitutivo do PL nº 88/99)

I- o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar Corpo de Bombeiro Militar;

II- os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a ser prestados; e

III- o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

~~Art. 6º Aplica-se aos voluntários admitidos aos serviços o disposto no art. 327 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (retirado)~~

Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ARNALDO DE  
SÁ





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

**Autor:** Deputado Alberto Fraga

**Relator:** Deputado Edison Andrino

**I – RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Alberto Fraga, pretende autorizar a realização, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares, de um serviço auxiliar e voluntário que terá por finalidade a execução de atividades administrativas e de defesa civil, além de outras que o Estado ou Distrito Federal determinar em regulamentação própria. Exclui-se das atividades a serem desempenhadas pelos integrantes desse serviço, o exercício do poder de polícia em vias públicas, exceto nas áreas de segurança regulamentada.

Concorrerão a esse serviço os jovens, entre 18 e 21 anos, que excederem às necessidades de incorporação nas Forças Armadas para fins de serviço militar obrigatório, devendo ser mantida dentro das corporações a proporção de cinco militares estaduais profissionais para um militar estadual voluntário.

Estabelece o projeto que compete ao Estado legislar sobre as





condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação.

Por fim, estabelece a proposição que o prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar e a ele se aplica a Lei nº 4.375, de 17 de dezembro de 1964 - Lei do Serviço Militar (LSM).

Em sua justificativa, o insigne Autor aponta como fundamentos para a criação do serviço auxiliar voluntário nas polícias e corpos de bombeiros militares:

a) a necessidade dessas organizações de possuírem um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo permanente de policiais e bombeiros para a atividade-fim; e

b) oferta de opção de emprego e de profissionalização para jovens que forem dispensados da prestação do serviço militar obrigatório.

Apreciado, em conjunto com o Projeto de Lei nº 2.236, de 1996, do Deputado Padre Roque, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), em reunião ordinária realizada no dia 1º de junho de 1999, a proposição foi considerada constitucional, jurídica e de boa técnica legislativa, nos termos do Substitutivo do Relator. O Projeto do Deputado Padre Roque – Projeto de Lei nº 2.236, de 1996, - foi considerado inconstitucional, injurídico e com falta de técnica legislativa.

O Substitutivo do Relator, na CCJR, promoveu no texto original do projeto as seguintes alterações:

a) substituiu a expressão "poderão instituir", pela expressão "fica instituído", no art. 1º;

b) suprimiu a expressão "Distrito Federal", no art. 2º, e a expressão "serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º,





parágrafo único, da lei federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964", no art. 2º, § 2º:

c) acrescentou a expressão "desde que em dia com o serviço militar", no art. 3º, § 1º;

d) reduziu o período de prorrogação do serviço voluntário para um ano e meio, no art. 4º;

e) suprimiu o art. 5º, renumerando os demais;

f) suprimiu a expressão "especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação", no art. 6º; e

g) suprimiu o art. 8º.

Cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional apreciar o mérito da proposição, nos termos do art. 32, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

## II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe destacar que entendemos que as modificações propostas pela CCJR aperfeiçoam o texto original, corrigindo imperfeições do projeto, razão pela qual, faremos a análise do mérito tomando-se não o texto original, mas o texto do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A proposição tem um objetivo principal: suprir o atendimento das necessidades burocráticas e administrativas das polícias militares com o uso de um efetivo não-permanente, com a conseqüente liberação dos policiais e bombeiros militares profissionais para a execução das suas atividades-fim.





Trata-se, sem dúvida, de um nobre objetivo, uma vez que a liberação dos militares estaduais profissionais para a execução de suas missões constitucionais tem por finalidade a melhoria dos serviços prestados à população, por esses órgãos de segurança pública.

As correções feitas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação afastam quaisquer elementos que pudessem comprometer a qualidade do mérito da proposição.

Trata-se de solução simples que permitirá, em curto espaço de tempo e sem maiores custos financeiros, que os Estados façam frente à necessidade da sociedade brasileira de ter mais policiais nas ruas e melhor nível de segurança.

Sem dúvida, essa iniciativa vem ao encontro dos anseios da população brasileira, a qual cumpre a nós, Parlamentares, servirmos de porta voz nesta Casa.

Assim, louvando a iniciativa do insigne Deputado Alberto Fraga, entendemos que a proposição sob apreciação deva ser aprovada no mais breve espaço de tempo possível, apenas adotando-se as correções feitas pela CCJR, que incorporamos em um Substitutivo que estamos apresentando anexado a este Parecer.

Em face do exposto, voto pela **aprovação** deste Projeto de Lei nº 88, de 1999, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR





**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de

*2*





saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

NÃO APRECIADO

## Projeto de Lei nº 88, de 1999

*Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militares.*

**Autor:** Deputado **Alberto Fraga**

**Relator:** Deputado **Valdomiro Meger**

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 88/99, de autoria do nobre Deputado Alberto Fraga, tem o escopo de instituir, no âmbito das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, para execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e defesa civil, sendo vedado, porém, o exercício do poder de polícia nas vias públicas.

Os candidatos ao serviço voluntários são aqueles que manifestarem o desejo de ingressar nas Polícias e Corpos de Bombeiros Militares após terem sido considerados excesso de contingente para o serviço militar obrigatório.





A duração do serviço voluntário é de um ano, podendo ser prorrogado por mais dois períodos.

Em virtude da aprovação do requerimento de urgência e do requerimento de tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 2.223, de 1996, a matéria foi inicialmente levada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, que se manifestou pela antijuridicidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.223/96, porém, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 88, de 1999, nos termos de um substitutivo apresentado pelo Relator naquela Comissão.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A sociedade brasileira há muito tem clamado por mais segurança pública.

A grave crise econômica pela qual passa o País exige soluções criativas e de baixo custo para a Administração.

O projeto em análise harmoniza-se perfeitamente com o panorama nacional, pois permite de uma maneira simples e econômica liberar os profissionais de segurança pública para sua atividade fim, enquanto as atividades administrativas e que não exigem profunda especialização serão desempenhadas pelos voluntários.

É importante que se destaque o valor social do diploma legal que se pretende criar, pois o mesmo, além de colaborar para redução dos elevados





NÃO APRELIADO


índices de desemprego que atinge especialmente a faixa etária dos jovens aptos ao serviço militar, proporciona uma excelente oportunidade de profissionalização para os voluntários.

O voluntariado, além de ser uma mão-de-obra barata e renovável, não cria vínculo empregatício, permitindo que a Administração possa fazer uso desse recurso quando melhor lhe convier.

Nada obstante, o projeto necessita de alguns reparos para adequá-lo à boa técnica legislativa e também para evitar possíveis questionamentos acerca de sua constitucionalidade. Tais reparos foram apresentados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação na forma do substitutivo ali aprovado.

Em face do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 88, de 1999, **nos termos do substitutivo** apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Comissões, em 14 de Setembro de 1999.

  
**Deputado Valdomiro Meger**  
**Relator**





## PARECER

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.223-A/96

#### I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Alberto Fraga, e que está apensado ao Projeto de Lei nº 2.223/96, do Dep. Padre Roque, este declarado antijurídico e inconstitucional, por esta Comissão, e tem como objetivo básico permitir que os Governos Estaduais possam instituir o serviço voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Estabelece que os voluntários serão aqueles que forem considerados excesso de contingente, por excederem a necessidade de incorporação das Forças Armadas, e desejarem ingressar nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Os voluntários terão como finalidade a execução de atividades administrativas e serviços auxiliares de defesa civil e de saúde, sendo vedado o exercício do poder de polícia nas vias públicas.

O serviço voluntário terá a duração de um ano, podendo ser prorrogado por mais dois períodos.

Em sua justificativa o autor destaque a importância para a sociedade desse serviço alternativo, pois retirará da função administrativa os policiais, que serão substituídos pelos voluntários, reforçando o número de policiais e bombeiros nas ruas.

Acrescenta que os jovens terão a oportunidade de iniciar uma profissão, neste momento de alto desemprego, servindo como mecanismo de ingresso no mercado de trabalho.





Finaliza, informando que outros países já implantaram esse serviço com muito sucesso, como a França e a Itália.

A matéria foi trazida a esta Comissão em virtude de aprovação de urgência, cabendo manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Os requisitos de admissibilidade da proposição são os previstos no art. 61, § 1º, da Constituição Federal.

O exame dos requisitos supracitados deixa antever que o projeto não contém vícios de inconstitucionalidade, uma vez que é de competência da União legislar sobre normas gerais aplicáveis às polícias militares e corpos de bombeiros militares, conforme prevê o art. 22, inciso XXI, podendo ser apresentada a proposição por qualquer membro do Congresso Nacional; não ferindo, portanto, a competência do Estado membro. Porém, quanto a técnica legislativa, merece reparos, na seguinte conformidade:

a) no art. 1º substitui-se a expressão “poderão instituir” por “fica instituído”, uma vez que esta redação corresponde a técnica legislativa adotada neste parlamento, e não a expressão condicional;

b) no art. 2º supprime-se a expressão “Distrito Federal”, uma vez que compete a União organizar e manter a polícia militar e o corpo de bombeiros do Distrito Federal, preservando a sua competência;

c) no § 2º do art. 2º, supprime-se a expressão final: “serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º, parágrafo único, da lei federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964”, que versa sobre atividade militar para não ser confundido com a lei do serviço militar





d) no § 1º do art. 3º, acrescenta-se a expressão “ desde que em dia com o serviço militar” , uma vez que o jovem de 18 anos ainda pode estar em fase de seleção no serviço militar e para que seja voluntário tem que estar em dia, ou seja liberado pelas Forças Armadas;

e) no art. 4º altera-se a redação quanto a prorrogação do serviço, para que não atinja três anos e crie-se vínculo empregatício, colocando-se a expressão “podendo ser prorrogado por um período e meio”;

f) no art. 5º, suprime-se o conteúdo, uma vez que a responsabilidade da União fiscalizar, pois traria um encargo e despesas para União;

g) no art. 6º suprime-se a expressão “especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação”, uma vez que essa matéria já é contemplada na capacidade legislativa do ente federado;

h) suprime-se o art. 8º uma vez que a citação a lei do serviço militar poderia criar um vínculo de serviço militar obrigatório, com o serviço voluntário.

O projeto em epigrafe, com as alterações propostas, atende, portanto, aos quesitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Quanto ao PL nº 2.223/96, reitero o meu voto de antijuridicidade e inconstitucionalidade, pois a matéria é totalmente diversa da constante do PL 88/99, pois este aproveita o excesso de contingente do serviço militar obrigatório, nas instituições estaduais: aquele, por sua vez, dispensa do serviço militar obrigatório, os voluntários ao serviço de bombeiro municipal.

Outrossim, a matéria do PL nº 88/99, encontra-se em regime de urgência, no Plenário da Câmara, estando em processo de uniformização do texto final, quanto ao mérito, junto às lideranças partidárias, inclusive a do Governo.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 88/99, ficando assim redigido:





## PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1.999.

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do Serviço Auxiliar Voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.





§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20 % (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se a lei penal militar, aos regulamentos e as normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.



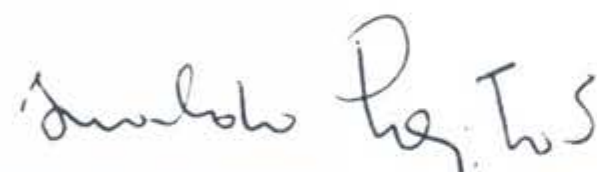


CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 01 de 06 1999

  
**DEPUTADO INALDO LEITÃO**  
**RELATOR**





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.223-A, DE 1996

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela inconstitucionalidade, injuridicidade e falta de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.223-B/96 e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do de nº 88/99, apensado, nos termos do parecer do Relator, Deputado Inaldo Leitão. O Deputado Iédio Rosa absteve-se de votar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Carlos Aleluia - Presidente, José Roberto Batochio e Inaldo Leitão - Vice-Presidentes, Antônio Carlos Konder Reis, Darci Coelho, Jaime Martins, Moreira Ferreira, Paulo Magalhães, Ricardo Fiúza, Vilmar Rocha, Cezar Schirmer, Freire Júnior, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Renato Vianna, Aloysio Nunes Ferreira, André Benassi, Jutahy Junior, Moroni Torgan, Nelson Otoch, Vicente Arruda, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Antônio Carlos Biscaia, Geraldo Magela, Marcelo Déda, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Caio Riela, Luiz Antônio Fleury, Fernando Coruja, Sérgio Miranda, Luciano Bivar, Átila Lins, José Ronaldo, Henrique Eduardo Alves, Themístocles Sampaio, José Antônio, Eduardo Paes, Léo Alcântara, Edmar Moreira, Iédio Rosa, Bispo Rodrigues, Geovan Freiras, Dr. Rosinha, Waldir Pires, José Dirceu e Roberto Balestra.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 1999

  
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do Serviço Auxiliar Voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se a lei penal militar, aos regulamentos e as normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quanto autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 1999

  
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Of. nº CREDN/P-127/99

Brasília, 31 de agosto de 1999

Defiro. Publique-se.

Em 13/09/99, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Sr. Antonio Carlos Pannunzio, deferiu o Ofício nº CREDN/P-127/99, encaminhado pelo Sr. Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, para que fosse providenciada a reconstituição do Projeto de Lei nº 88/99, de autoria do Sr. Alberto Fraga, que dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, extraviado nesta Comissão.

Senhor Presidente,

Solicito a gentileza de V. Exa. no sentido de providenciar a reconstituição do Projeto de Lei Nº 88/99 - de autoria do Sr. Alberto Fraga, que "dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares", extraviado nesta Comissão.

Atenciosamente,

  
Deputado Antonio Carlos Pannunzio  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado MICHEL TEMER  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados



Caixa: 5

Lote: 78  
PL N° 88/1999  
35

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Recebido	
Orgão: <i>Presidência</i>	Nº: <i>5031/99</i>
Data: <i>31/08/99</i>	Hora: <i>16:30</i>
Ass.: <i>Angela</i>	Ponto: <i>3491</i>





**PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999**  
**(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo. Pendente de parecer das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

**S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (enquanto apensado ao PL 2.223/96):

- parecer do relator
- substitutivo oferecido pelo relator
- parecer da Comissão
- substitutivo adotado pela Comissão





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## SECRETARIA-GERAL DA MESA PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999

### APROVADOS:

- o Requerimento do Sr. Dep. Geraldo Magela (PT) solicitando preferência para votação do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público sobre o Projeto original e sobre os Substitutivos apresentados pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação;
- o **Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**, ressalvados os Destaques;
- as **Emendas de Plenário nºs 3 e 8**, com parecer pela aprovação.

### REJEITADAS:

- as Emendas de Plenário nºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7, com parecer pela rejeição.

### RETIRADOS:

- o Requerimento do Sr. Dep. Miro Teixeira (PDT) solicitando o adiamento da votação por duas sessões;
- o Destaque de Bancada (PSB/PC do B) para votação em separado da Emenda nº 3.

### PREJUDICADOS:

- o Destaque de Bancada (PPS) para votação em separado da Emenda nº 1;
- o Projeto original;
- o Substitutivo adotado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;
- o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

### A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.

Em 23.11.99

  
**Mozart Vianna de Paiva**  
Secretário-Geral da Mesa



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº 88-B, DE 1999 (DO SR. ALBERTO FRAGA)

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; tendo pareceres: dos relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá), e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. Edison Andrino); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: Dep. Inaldo Leitão).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;  
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) – ART. 24, II)



**PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999**  
**(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo. Pendente de parecer das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.





PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

RESULTADO DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE  
Terça-feira, 23 de novembro de 1999. (14:00)

Seção de Autógrafos

Página: 001

**MATÉRIA SOBRE A MESA:**

**1 - Requerimento de Urgência (art. 155, RICD):**

- Requerimento de Srs. Líderes solicitando, nos termos do art. 155 do RICD, urgência para a apreciação do PL 314/99, o qual "Altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e dá outras providências."

**RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.**

**ORDEM DO DIA:**

**Item 1**  
**PL. 0088-B/99**

**Autor:** ALBERTO FRAGA

**Ementa:** Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

**APROVADO:**

- o Requerimento do Sr. Dep. Geraldo Magela (PT) solicitando preferência para votação do substitutivo da CTASP sobre os substitutivos apresentados pela CREDN e pela CCJR;

- o Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ressalvados os Destaques;

VOTAÇÃO NOMINAL: SIM=320 NÃO=81 ABSTENÇÃO=0 TOTAL=401

- as Emendas de Plenário nºs 3 e 8, com parecer pela aprovação.

**REJEITADO:**

- o Requerimento do Sr. Dep. Walter Pinheiro (PT) solicitando a retirada de pauta do Projeto;

VOTAÇÃO NOMINAL: SIM=83 NÃO=249 ABSTENÇÃO=0 TOTAL=332

- as Emendas de Plenário nºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7, com parecer pela rejeição.

**RETIRADO:**

- o Requerimento do Sr. Dep. Miro Teixeira (PDT) solicitando o adiamento da votação por duas sessões;

- o Destaque de Bancada (PSB/PC do B) para votação em separado da Emenda nº 3.

**PREJUDICADO:**





- o Destaque de Bancada (PPS) para votação em separado da emenda nº 1;
- o Projeto Original;
- o Substitutivo adotado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;
- o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

**Resultado: A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.**

## Item 2

### PEC 0627-C/98

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Ementa:** Altera os arts. 29 e 212 da Constituição Federal.  
Obs.: tratam os dispositivos em questão da despesa com a remuneração dos vereadores e da aplicação da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

**APROVADO:**

- a Proposta de Emenda à Constituição em segundo turno.

VOTAÇÃO NOMINAL: SIM=362 NÃO=2 ABSTENÇÃO=3 TOTAL=367

**Resultado: DISPENSADA A REDAÇÃO FINAL. A MATÉRIA RETORNA AO SENADO FEDERAL.**

## Item 3

### PEC 0007-B/99

**Autor:** SENADO FEDERAL

**Ementa:** Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal.  
Obs.: refere-se ao tratamento dado aos trabalhadores urbanos e rurais quanto ao prazo prescricional das ações trabalhistas.

**Resultado: ADIADA A DISCUSSÃO, EM FACE DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO.**

## Item 4

### PEC 0407-B/96

**Autor:** LUCIANO CASTRO e OUTROS

**Ementa:** Altera a redação do art. 100 e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.





**Resultado:** ADIADA A DISCUSSÃO, EM FACE DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

## **Item 5**

### **PL. 4841-D/94**

**Autor:** FABIO FELDMANN

**Ementa:** Determina a utilização de Embalagem Especial de Proteção à Criança - EEPC em medicamentos e produtos químicos de uso doméstico que apresentem potencial de risco à saúde.

**Resultado:** ADIADA A DISCUSSÃO, EM FACE DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO  
SEÇÃO DE AUTÓGRAFOS

**MATÉRIA APRECIADA**  
**NA SESSÃO**  
**ORDINÁRIA**  
**DO DIA 23/11/99**  
**(TERÇA-FEIRA)**  
**(às 14h.)**

*matvot.sam*



Item 1

**PROJETO DE LEI Nº 88-B, DE 1999  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO AUXILIAR E VOLUNTÁRIO NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES. TENDO PARECERES DOS RELADORES DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO: À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. ARNALDO FARIA DE SÁ); E À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO. (RELATOR: SR. EDISON ANDRINO); E DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. INALDO LEITÃO).

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO





## REQUERIMENTO

*Nº 23/11/99*

Senhor Presidente.

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do(a) PL 88 / 99, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 23/11/99

Dep. Walter Pinheiro  
Vice-líder do PT



PL 88/97 - Ag. retransmissão de parit

## RESULTADO DE VOTAÇÃO:

	PAINEL	RETIFICAÇÕES	RESULTADO FINAL
SIM	83		
NÃO	249		
ABST.	00		
TOTAL	332		



**FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO  
PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999  
(POLÍCIAS MILITARES)**

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES **CONTRÁRIOS A** MATÉRIA

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

Sergio Nava's  
Gilda Masele



FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO  
PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999  
(POLÍCIAS MILITARES)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES A FAVOR DA MATÉRIA

1. 
2. ....
3. ....
4. ....
5. ....
6. ....
7. ....
8. ....
9. ....
10. ....
11. ....
12. ....
13. ....
14. ....
15. ....
16. ....
17. ....
18. ....



FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO, EM TURNO ÚNICO, DO  
PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999  
(POLÍCIAS MILITARES)

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES **CONTRÁRIOS** À MATÉRIA

- 1 ~~Gerardo Magalhães~~
- 2 ~~Guarino~~
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS ORADORES **A FAVOR** DA MATÉRIA

- 1 ~~Leônio Baccu~~
- 2 ~~Felipe Costa~~
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9



(SE HOVER)

O PROJETO FOI EMENDADO

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **ARNALDO FARIA DE SÁ** .....

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **EDISON ANDRINO**.....

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **INALDO LEITÃO**.....

PASSA-SE À VOTAÇÃO

*Sobre a Mesa Aracemino us  
seguinte ler.*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997

EMENDA SUBSTITUTIVA

Nº 1

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares, terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, ordenará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar, até o limite de 20 % (vinte por cento) do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar de cada Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 4º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 5º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O PPS apresenta este Substitutivo, utilizando como base o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, com o fim de aprimorar a sua redação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

No art. 2º do Substitutivo da CCJR foi retirada a expressão "... além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria", a fim de vedar ao Estado (Unidade de Federação) a possibilidade de estender os tipos de atividades que poderão ser desempenhadas pelos servidores auxiliares voluntários. Assim, restringiu-se a atuação desses servidores ao âmbito de atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

No art. 2º, § 1º foi subtraído o seguinte trecho: "... nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada". Dessa forma, retira qualquer possibilidade de exercício do poder de polícia por este tipo de pessoal. O poder de polícia é uma competência precípua da Polícia Militar. Implica preponderantemente na restrição de direitos individuais e deve ser exercido por profissionais treinados para isso, no caso, policiais militares, não sendo razoável permitir que os servidores voluntários exerçam tal poder em nenhuma situação, tendo em vista a falta de preparo dos mesmos para tanto.

No art. 3º foi suprimido o § 1º já que não se vê necessidade de limitar-se por idade a seleção dos servidores voluntários. Além disso, é bem possível que, na prática, os selecionados, em sua maioria, pertençam a esta faixa etária. Os parágrafos 2º e 3º deste artigo, em face de sua imprecisão e confusão, houve-se por bem suprimi-los, incluindo parte do teor no *caput* do artigo 3º desta emenda substitutiva apresentada.

No Substitutivo da CCJR foi retirado também o artigo 6º. Não se pode imputar ao servidor voluntário a legislação penal militar em caso de cometimento de crime, por não conter tal servidor a mesma natureza jurídica dos policiais militares. Além disso, não é razoável, como se previa no parágrafo único deste artigo, a possibilidade de uso de armas de fogo por servidores voluntários, em alguns casos, tendo em vista a sua falta de preparo para o manuseio deste tipo de equipamento. Por isso, é imprescindível vedar o porte de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

armas para os servidores auxiliares voluntários, até mesmo para evitar que posteriormente, com o descuido da entidade policial encarregada, venham a se tornar "policiais militares", desvirtuando, dessa maneira, a função legal a eles destinada.

As outras modificações são de ordem redacional, tendo em vista a adequação às boas normas de técnica legislativa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1999

*Régis Cavalcante*  
Deputado RÉGIS CAVALCANTE  
Vice-Líder do PPS

*3 Roberto*

*WALTER PINHEIRO*  
*PT* *60*

*Fernando Coruja*  
*PT* *21*  
FERNANDO CORUJA






Nº 2


**EMENDA DE PLENÁRIO Nº**

Dê-se ao artigo 6º, do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, apresentado ao Projeto de Lei nº 88, de 1999, a seguinte redação:

Art. 6º - É vedada a utilização dos prestadores voluntários de serviços para o exercício do poder de polícia.

Sala das sessões, em 11 de novembro de 1999.

  
Deputado Geraldo Magela  
Vice-líder do PT

  
DEP. EDUARDO CAMPOS - PSB - PE

Rep. Antônio PPS  
Eduardo Leite - PDT





CÂMARA DOS DEPUTADOS


**PROJETO DE LEI Nº 88-B/99**  
**(Substitutivo)**

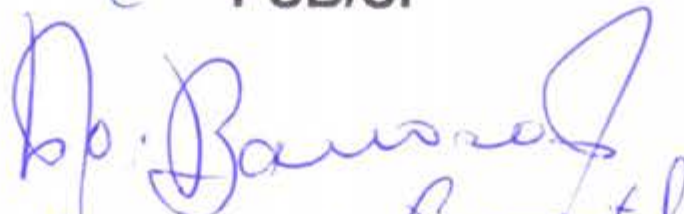
Emenda de Plenário nº 3

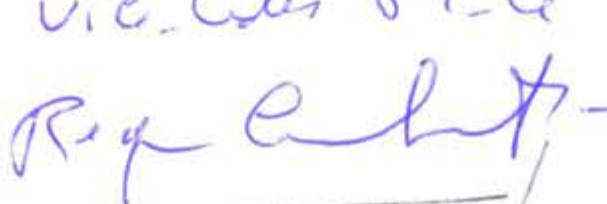
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

*Art.... É vedado, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de armas de fogo pelos prestadores de serviço social voluntário.*

Sala das Sessões, em 11/11/99

  
Deputado **Evlázio Farias**  
**PSB/SP**

  
Dep. João Bimontel  
Vice-Lider PT-G

 - PPS - Vice-Lider.

PTB - Lider.

 - PSDB - B -

 - Saulo Pedrosa - Vice-Lider



## EMENDA DE PLENÁRIO

Nº 4

substitutivo do  
Acrescente-se § 4º e 5º ao art. 3º do Projeto de Lei nº 88-B de 1999:

Art. 3º .....

§ 4º Aplicam-se as mesmas regras deste artigo ao alistamento feminino voluntário nas incorporações das Forças Armadas.

§ 5º Na hipótese de inexistência de excesso de contingente feminino, serão recrutadas para o serviço auxiliar voluntário no âmbito das polícias militares e corpo de bombeiro militares, 10% do total que serão incorporadas.

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo manter o princípio da isonomia previsto no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, eliminando quaisquer formas de discriminação, permitindo que também as mulheres façam parte do serviço auxiliar voluntário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

Deputado **Fernando Coruja**

*[Handwritten signature]*  
PT

*[Handwritten signature]*  
Luiza Brandina  
GSB/SP

*[Handwritten signature]*  
Rep. Coruja - PPS



## EMENDA DE PLENÁRIO

Nº 5  
subst. tut. us. da

Suprima-se da parte final do *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 88-B a seguinte expressão: “*além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria*”.

### JUSTIFICATIVA:

A redação do Projeto que ora analisamos, além dos serviços já citados, coloca a possibilidade dos voluntários atuarem em outras funções, que serão determinadas pelo estado em regulamentação própria.

Tal possibilidade, poderá exceder as pretensões que inspiraram o presente Projeto, conduzindo a um indesejável e indiscriminado arbítrio por parte do poder regulador.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

Deputado **Dr. Hélio**  
Deputado **Fernando Coruja**

*[Handwritten signatures and notes]*  
Rui PPS



Nº 6

### EMENDA DE PLENÁRIO

Suprima-se da parte final do § 1º do art. 2º do Projeto de Lei 88-B a seguinte expressão: "*exceto em área de segurança regulamentada*".

### JUSTIFICATIVA:

O Projeto veda ao prestador do serviço voluntário, o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

Entretanto, não é explicitada quais seriam essas "*áreas de segurança regulamentada*", não sendo admissível então, que um voluntário tenha a possibilidade de exercer o poder de polícia em qualquer outro local, ainda que não seja em vias públicas, como por exemplo, um shopping center, um colégio, etc.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1999.

Deputado **Fernando Coruja**

*[Handwritten signatures and initials]*  
PT  
Rafael PPS

**PROJETO DE LEI Nº 88/99**

*Dispõe sobre o serviço auxiliar voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.*

**EMENDA DE PLENÁRIO Nº**

*Nº 7*

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

*Art. A admissão para a prestação voluntária de serviços administrativos dar-se-á mediante teste prévio de capacidade física e conhecimentos gerais.*

Sala das Sessões, em 23/11/99

  
Deputado **Djalma Paes**  
PSB/PE

*José Antonio*

*PTB*

*Valdeci Oliveira*

*PTB*

*PT/RS*

  
**Caio Riem**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 88-B, DE 1999

Nº 8

Dê-se ao "caput" do Art. 2º do Substitutivo da Comissão de Trabalho a seguinte redação:

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1999.

*Assinaturas:*  
Luzia - PMDB  
Mello - PPB  
Leandro - PSD

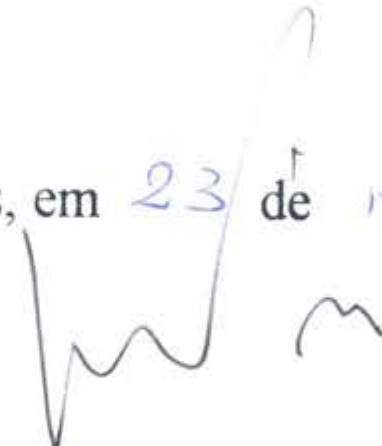
## REQUERIMENTO

*Requero*  
*23/11/99*

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, o adiamento da  
votação do PL 88-B/99, constante da pauta da  
presente sessão, por (02) sessões.

Sala das Sessões, em 23 de Novembro de 1999.



Deputado **MIRO TEIXEIRA**  
Líder do PDT





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Regi Canal Anti*

*Alv*  
*23/11/9*

## REQUERIMENTO DE PREFERÊNCIA

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, preferência para a votação do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, sobre o Projeto de Lei nº 88, de 1999 e sobre os Substitutivos apresentados pelas Comissões: de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1998.

*Gerardo Magela*  
DEP. GERALDO MAGELA  
VICE-LÍDER DO PT

REQUERIMENTO DE DESTAQUE  
(BANCA DA DO P.P.S.)

SENHOR PRESIDENTE,

  
27/11

NOS TERMOS DO § 2º DO ART. 162 DO  
REGIMENTO INTERNO, REQUEREMOS DESTAQUE PARA VOTAÇÃO  
SEPARADO DA EMENDA Nº 1 OFERECIDA AO PROJETO  
DE LEI Nº 88/87 (SUBSTITUTIVA INTEGRAL).

SALA SESSÕES EM - / - - / -

Req.   
PPS-AL

Regis. Caval. cont.



(SE APROVADO A PREFERÊNCIA)

EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, RESSALVADOS OS DESTAQUES.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

*Handwritten signature*  
*23/11/97*

(SE APROVADO) – FICAM PREJUDICADOS: O PROJETO PRINCIPAL, OS SUBSTITUTIVOS DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS E O DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO E AS EMENDAS A ELE APRESENTADAS.

EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO NºS.

3 e 8

COM PARECER FAVORÁVEL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

*alvds*  
*23/11*

EM VOTAÇÃO AS EMENDAS DE PLENÁRIO NºS.

1, 2, 4, 5, 6, 7

COM PARECER CONTRÁRIO.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE**  
**(Da Bancada do Bloco PSB/PC do B)**

Senhor Presidente,

*Retornado 23/11*

Requeremos, nos termos do art. 161, § 2º do RICD, Destaque para Votação em Separado da **Emenda de Plenário nº 3**, apresentada ao PL nº 88, de 1999, que dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Sala das Sessões, em 23/11/99

◦ Deputado **Evilásio Farias**  
**PSB/SP**

*José Antonio*

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

A MATÉRIA VAI AO SENADO FEDERAL.



Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no caput deste artigo nos seguintes casos:

- I - em virtude de solicitação do interessado;
- II - quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III - em razão da natureza do serviço prestado.



# Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar

PL 88-99

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

I - homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e

II - mulheres, na mesma faixa etária.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

I - o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;

II - os requisitos necessários para o desempenho das atividades **ínsitas** aos serviços a serem prestados; e

III - o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º É vedado, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de armas de fogo pelos prestadores de serviço social voluntário.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

*ínsita: inserido, introduzido, inato - vem com ele  
- na origem*



Art. 7º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,                      de                      de 1999



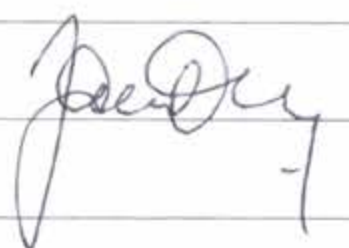
## CÂMARA DOS DEPUTADOS

~~W~~  
~~27/11~~

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a  
prioridade para se votar o substitutivo da  
Comissão de Trabalho, Administração e Serviços  
Públicos em primeiro lugar.

Sala das Sessões em 23 de novembro de  
1999

 - Mendes Ribeiro  
P. M. - PMDB





CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

	CASA	CREDN	CLTA
1	<del>R</del>	R	P.
2	R	A	C.
3	A.	A	C.
4	R	A	C.
5	R	A	C.
6	R	A	C.
7	R	A	C.
8	A	A	C.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

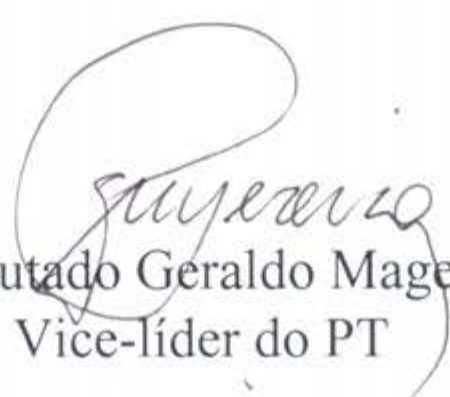
**REQUERIMENTO DE DESTAQUE  
(BANCADA DO PT)**

*Ativo*  
*23/11*

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 161, I e § 2º do Regimento Interno, destaque para a votação em separado da expressão “**e de defesa civil**”, constante do artigo 1º do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de administração e Serviço Público, apresentado ao Projeto de Lei nº 88, de 1997.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1999.

  
Deputado Geraldo Magela  
Vice-líder do PT





CCDR

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE  
(BANCADA DO PT)**

*Ativado  
23/11/99*

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 161, I e § 2º do Regimento Interno, destaque para a votação da expressão “**além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria**”, constante do *caput* do artigo 2º do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação ao Projeto de Lei nº 88, de 1997.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1999.

Deputado José Genoino  
Líder do PT

*Genoino*  
*Deputado José Genoino*  
*PT*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

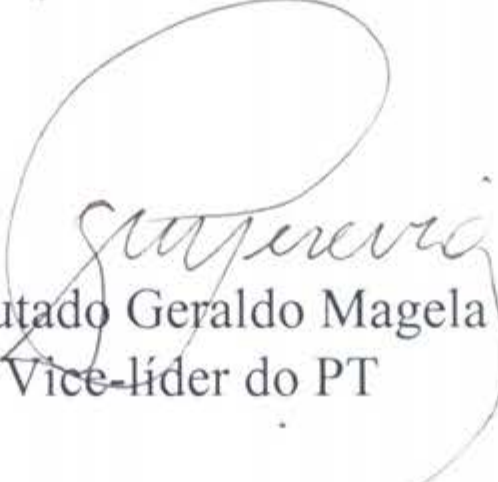
**REQUERIMENTO DE DESTAQUE  
(BANCADA DO PT)**

*Antônio*  
*23/11*

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 161, II e § 2º do Regimento Interno, destaque para a votação em separado da Emenda de Plenário nº 02, apresentada ao Substitutivo da Comissão de Trabalho, de administração e Serviço Público, referente ao Projeto de Lei nº 88, de 1997.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1999.

  
Deputado Geraldo Magela  
Vice-líder do PT





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## REQUERIMIENTO

TO

~~23/11/19~~

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, preferência para que se aprecie a Proposta de Emenda à Constituição nº 407-B, de 1996, item 4 da Ordem do Dia da sessão de hoje, antes da apreciação do item 2 .

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1999

Junho de 1999  
 J - PMDB  
 MILTON MONTI  
 PT - Prof. Luizinho  
 Dir - DZ  
 PDB

Destaque de Bancada

PL N° 38/99

  
27/11

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 166, §2º do RI,  
requero destaque de votação em separado  
da Emenda Substituição ao PL ao  
PL N° 38/99.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1999.

Rep. Luiz X  
Regi. Cavalcanti





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997

EMENDA SUBSTITUTIVA

*Nil*

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares, terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, ordenará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

*[Assinatura]*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar, até o limite de 20 % (vinte por cento) do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar de cada Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 4º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 5º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O PPS apresenta este Substitutivo, utilizando como base o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, com o fim de aprimorar a sua redação.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

No art. 2º do Substitutivo da CCJR foi retirada a expressão "... além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria", a fim de vedar ao Estado (Unidade de Federação) a possibilidade de estender os tipos de atividades que poderão ser desempenhadas pelos servidores auxiliares voluntários. Assim, restringiu-se a atuação desses servidores ao âmbito de atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

No art. 2º, § 1º foi subtraído o seguinte trecho: "... nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada". Dessa forma, retira qualquer possibilidade de exercício do poder de polícia por este tipo de pessoal. O poder de polícia é uma competência precípua da Polícia Militar. Implica preponderantemente na restrição de direitos individuais e deve ser exercido por profissionais treinados para isso, no caso, policiais militares, não sendo razoável permitir que os servidores voluntários exerçam tal poder em nenhuma situação, tendo em vista a falta de preparo dos mesmos para tanto.

No art. 3º foi suprimido o § 1º já que não se vê necessidade de limitar-se por idade a seleção dos servidores voluntários. Além disso, é bem possível que, na prática, os selecionados, em sua maioria, pertençam a esta faixa etária. Os parágrafos 2º e 3º deste artigo, em face de sua imprecisão e confusão, houve-se por bem suprimi-los, incluindo parte do teor no *caput* do artigo 3º desta emenda substitutiva apresentada.

No Substitutivo da CCJR foi retirado também o artigo 6º. Não se pode imputar ao servidor voluntário a legislação penal militar em caso de cometimento de crime, por não conter tal servidor a mesma natureza jurídica dos policiais militares. Além disso, não é razoável, como se previa no parágrafo único deste artigo, a possibilidade de uso de armas de fogo por servidores voluntários, em alguns casos, tendo em vista a sua falta de preparo para o manuseio deste tipo de equipamento. Por isso, é imprescindível vedar o porte de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

armas para os servidores auxiliares voluntários, até mesmo para evitar que posteriormente, com o descuido da entidade policial encarregada, venham a se tornar "policiais militares", desvirtuando, dessa maneira, a função legal a eles destinada.

As outras modificações são de ordem redacional, tendo em vista a adequação às boas normas de técnica legislativa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1999

*Régis Cavalcante*  
Deputado RÉGIS CAVALCANTE  
Vice-Líder do PPS

*3 Roberto*

*WALTER PINHEIRO*  
*PT*

*Fernando Coruja*  
FERNANDO CORUJA

*31*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares, terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, ordenará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar, até o limite de 20 % (vinte por cento) do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar de cada Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 4º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 5º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O PPS apresenta este Substitutivo, utilizando como base o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, com o fim de aprimorar a sua redação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

No art. 2º do Substitutivo da CCJR foi retirada a expressão "... além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria", a fim de vedar ao Estado (Unidade de Federação) a possibilidade de estender os tipos de atividades que poderão ser desempenhadas pelos servidores auxiliares voluntários. Assim, restringiu-se a atuação desses servidores ao âmbito de atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

No art. 2º, § 1º foi subtraído o seguinte trecho: "... nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada". Dessa forma, retira qualquer possibilidade de exercício do poder de polícia por este tipo de pessoal. O poder de polícia é uma competência precípua da Polícia Militar. Implica preponderantemente na restrição de direitos individuais e deve ser exercido por profissionais treinados para isso, no caso, policiais militares, não sendo razoável permitir que os servidores voluntários exerçam tal poder em nenhuma situação, tendo em vista a falta de preparo dos mesmos para tanto.

No art. 3º foi suprimido o § 1º já que não se vê necessidade de limitar-se por idade a seleção dos servidores voluntários. Além disso, é bem possível que, na prática, os selecionados, em sua maioria, pertençam a esta faixa etária. Os parágrafos 2º e 3º deste artigo, em face de sua imprecisão e confusão, houve-se por bem suprimi-los, incluindo parte do teor no *caput* do artigo 3º desta emenda substitutiva apresentada.

No Substitutivo da CCJR foi retirado também o artigo 6º. Não se pode imputar ao servidor voluntário a legislação penal militar em caso de cometimento de crime, por não conter tal servidor a mesma natureza jurídica dos policiais militares. Além disso, não é razoável, como se previa no parágrafo único deste artigo, a possibilidade de uso de armas de fogo por servidores voluntários, em alguns casos, tendo em vista a sua falta de preparo para o manuseio deste tipo de equipamento. Por isso, é imprescindível vedar o porte de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

armas para os servidores auxiliares voluntários, até mesmo para evitar que posteriormente, com o descuido da entidade policial encarregada, venham a se tornar "policiais militares", desvirtuando, dessa maneira, a função legal a eles destinada.

As outras modificações são de ordem redacional, tendo em vista a adequação às boas normas de técnica legislativa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1999

*Régis Cavalcante*  
Deputado RÉGIS CAVALCANTE  
Vice-Líder do PPS

*Roberto F. F. F.*  
3

*Walter Pinheiro*  
PT

*Fernando Cruz*  
FERNANDO CRUZ  
21





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997

EMENDA SUBSTITUTIVA

*Handwritten signature*

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares, terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, ordenará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

*Handwritten signature*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar, até o limite de 20 % (vinte por cento) do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar de cada Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 4º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 5º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O PPS apresenta este Substitutivo, utilizando como base o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, com o fim de aprimorar a sua redação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

No art. 2º do Substitutivo da CCJR foi retirada a expressão "... além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria", a fim de vedar ao Estado (Unidade de Federação) a possibilidade de estender os tipos de atividades que poderão ser desempenhadas pelos servidores auxiliares voluntários. Assim, restringiu-se a atuação desses servidores ao âmbito de atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

No art. 2º, § 1º foi subtraído o seguinte trecho: "... nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada". Dessa forma, retira qualquer possibilidade de exercício do poder de polícia por este tipo de pessoal. O poder de polícia é uma competência precípua da Polícia Militar. Implica preponderantemente na restrição de direitos individuais e deve ser exercido por profissionais treinados para isso, no caso, policiais militares, não sendo razoável permitir que os servidores voluntários exerçam tal poder em nenhuma situação, tendo em vista a falta de preparo dos mesmos para tanto.

No art. 3º foi suprimido o § 1º já que não se vê necessidade de limitar-se por idade a seleção dos servidores voluntários. Além disso, é bem possível que, na prática, os selecionados, em sua maioria, pertençam a esta faixa etária. Os parágrafos 2º e 3º deste artigo, em face de sua imprecisão e confusão, houve-se por bem suprimi-los, incluindo parte do teor no *caput* do artigo 3º desta emenda substitutiva apresentada.

No Substitutivo da CCJR foi retirado também o artigo 6º. Não se pode imputar ao servidor voluntário a legislação penal militar em caso de cometimento de crime, por não conter tal servidor a mesma natureza jurídica dos policiais militares. Além disso, não é razoável, como se previa no parágrafo único deste artigo, a possibilidade de uso de armas de fogo por servidores voluntários, em alguns casos, tendo em vista a sua falta de preparo para o manuseio deste tipo de equipamento. Por isso, é imprescindível vedar o porte de






CÂMARA DOS DEPUTADOS


armas para os servidores auxiliares voluntários, até mesmo para evitar que posteriormente, com o descuido da entidade policial encarregada, venham a se tornar "policiais militares", desvirtuando, dessa maneira, a função legal a eles destinada.


As outras modificações são de ordem redacional, tendo em vista a adequação às boas normas de técnica legislativa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1999

  
Deputado RÉGIS CAVALCANTE  
Vice-Líder do PPS

  
3

  
WALTER PINHEIRO  
PT

  
FERNANDO CRUZ  
PT

21





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997

EMENDA SUBSTITUTIVA

Nº 1  
(Plenário)

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares, terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, ordenará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

(inv. n.º 1)

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar, até o limite de 20 % (vinte por cento) do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar de cada Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 4º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 5º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O PPS apresenta este Substitutivo, utilizando como base o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, com o fim de aprimorar a sua redação.





(CmF. nº 1)

No art. 2º do Substitutivo da CCJR foi retirada a expressão "... além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria", a fim de vedar ao Estado (Unidade de Federação) a possibilidade de estender os tipos de atividades que poderão ser desempenhadas pelos servidores auxiliares voluntários. Assim, restringiu-se a atuação desses servidores ao âmbito de atividades administrativas, de saúde e de defesa civil.

No art. 2º, § 1º foi subtraído o seguinte trecho: "... nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada". Dessa forma, retira qualquer possibilidade de exercício do poder de polícia por este tipo de pessoal. O poder de polícia é uma competência precípua da Polícia Militar. Implica preponderantemente na restrição de direitos individuais e deve ser exercido por profissionais treinados para isso, no caso, policiais militares, não sendo razoável permitir que os servidores voluntários exerçam tal poder em nenhuma situação, tendo em vista a falta de preparo dos mesmos para tanto.

No art. 3º foi suprimido o § 1º já que não se vê necessidade de limitar-se por idade a seleção dos servidores voluntários. Além disso, é bem possível que, na prática, os selecionados, em sua maioria, pertençam a esta faixa etária. Os parágrafos 2º e 3º deste artigo, em face de sua imprecisão e confusão, houve-se por bem suprimi-los, incluindo parte do teor no *caput* do artigo 3º desta emenda substitutiva apresentada.

No Substitutivo da CCJR foi retirado também o artigo 6º. Não se pode imputar ao servidor voluntário a legislação penal militar em caso de cometimento de crime, por não conter tal servidor a mesma natureza jurídica dos policiais militares. Além disso, não é razoável, como se previa no parágrafo único deste artigo, a possibilidade de uso de armas de fogo por servidores voluntários, em alguns casos, tendo em vista a sua falta de preparo para o manuseio deste tipo de equipamento. Por isso, é imprescindível vedar o porte de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

(cont. nº 1)


armas para os servidores auxiliares voluntários, até mesmo para evitar que posteriormente, com o descuido da entidade policial encarregada, venham a se tornar "policiais militares", desvirtuando, dessa maneira, a função legal a eles destinada.

As outras modificações são de ordem redacional, tendo em vista a adequação às boas normas de técnica legislativa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1999

  
Deputado RÉGIS CAVALCANTE  
Vice-Líder do PPS

3 

 → WALTER PINHEIRO  
PT

  
FERNANDO CORUJA

21





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 2


(1/11/99)


EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Dê-se ao artigo 6º, do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, apresentado ao Projeto de Lei nº 88, de 1999, a seguinte redação:

Art. 6º - É vedada a utilização dos prestadores voluntários de serviços para o exercício do poder de polícia.

Sala das sessões, em 11 de novembro de 1999.

  
Deputado Geraldo Magela  
Vice-líder do PT

  
DEP. EDUARDO - PSB - 7225  
Rep. Luiz L. PPS  
Eduardo L. PPS - PDT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 88-B/99**  
**(Substitutivo)**

Emenda de Plenário nº

3

(Plenário)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

*Art.... É vedado, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de armas de fogo pelos prestadores de serviço social voluntário.*

Sala das Sessões, em 11/11/99

Deputado **Evilásio Farias**  
**PSB/SP**

*Dep. Baurand*  
*Dep. José Bimental*  
*Vice-Lider PT-G*

*Dep. Antônio - PFS - Vice-Lider*  
*Dep. - PFS - Lider*

*PSDB -*  
*Saulo Pedrosa - Vice-Lider*



## EMENDA DE PLENÁRIO

Nº 4

substitutivo do  
Acrescente-se § 4º e 5º ao art. 3º do Projeto de Lei nº 88-B de 1999:

Art. 3º .....

§ 4º Aplicam-se as mesmas regras deste artigo ao alistamento feminino voluntário nas incorporações das Forças Armadas.

§ 5º Na hipótese de inexistência de excesso de contingente feminino, serão recrutadas para o serviço auxiliar voluntário no âmbito das polícias militares e corpo de bombeiro militares, 10% do total que serão incorporadas.

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo manter o princípio da isonomia previsto no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal, eliminando quaisquer formas de discriminação, permitindo que também as mulheres façam parte do serviço auxiliar voluntário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

Deputado **Fernando Coruja**

*[Assinatura]*  
PT

*[Assinatura]*  
CSB/SP

*[Assinatura]*  
PPS

## EMENDA DE PLENÁRIO

Nº 5  
Substitutivo

Suprima-se da parte final do *caput* do art. 2º do Projeto de Lei nº 88-B a seguinte expressão: “*além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria*”.

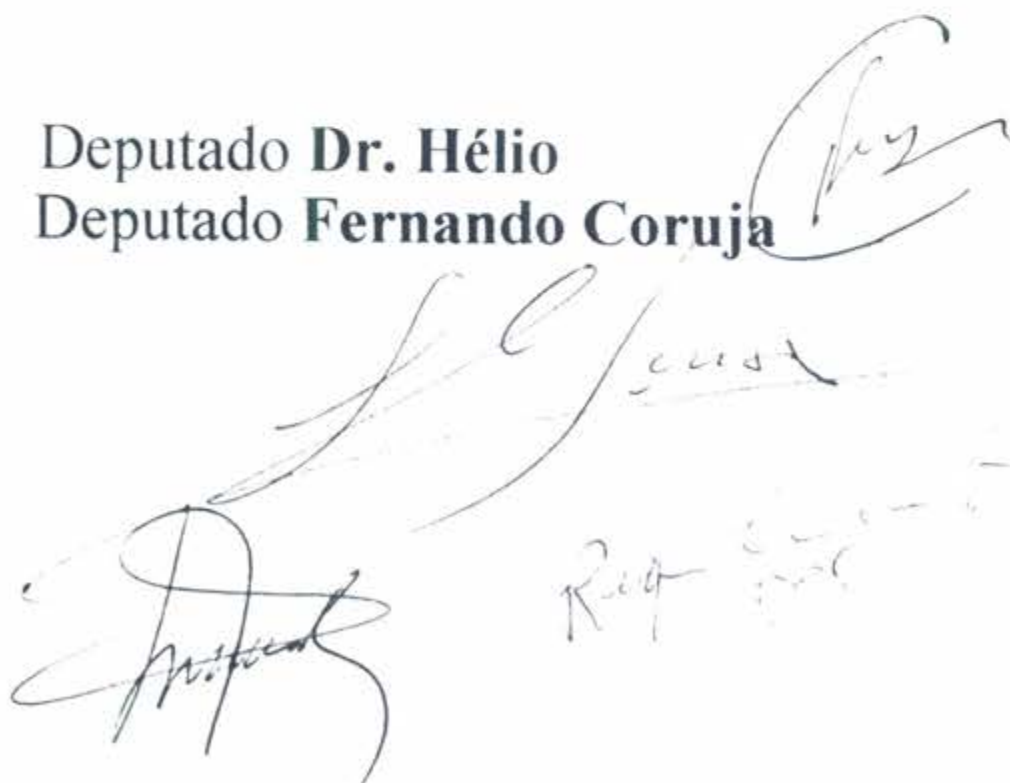
### JUSTIFICATIVA:

A redação do Projeto que ora analisamos, além dos serviços já citados, coloca a possibilidade dos voluntários atuarem em outras funções, que serão determinadas pelo estado em regulamentação própria.

Tal possibilidade, poderá exceder as pretensões que inspiraram o presente Projeto, conduzindo a um indesejável e indiscriminado arbítrio por parte do poder regulador.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999.

Deputado **Dr. Hélio**  
Deputado **Fernando Coruja**

  
The block contains several handwritten signatures. Above the printed names, there is a signature that appears to be 'Hélio'. Below the names, there are two more signatures, one of which is more legible and appears to be 'Fernando Coruja'. There are also some faint, illegible handwritten notes and marks scattered around the signatures.



Nº 6

### EMENDA DE PLENÁRIO

Suprima-se da parte final do § 1º do art. 2º do Projeto de Lei 88-B a seguinte expressão: "*exceto em área de segurança regulamentada*".

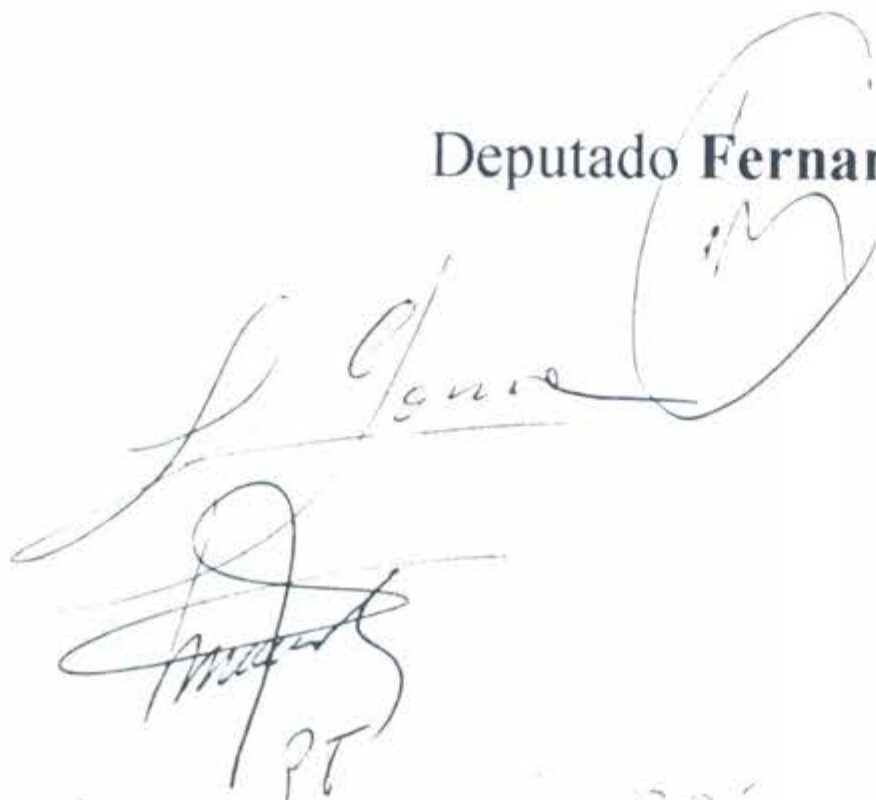
### JUSTIFICATIVA:

O Projeto veda ao prestador do serviço voluntário, o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

Entretanto, não é explicitada quais seriam essas "*áreas de segurança regulamentada*", não sendo admissível então, que um voluntário tenha a possibilidade de exercer o poder de polícia em qualquer outro local, ainda que não seja em vias públicas, como por exemplo, um shopping center, um colégio, etc.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 1999.

Deputado **Fernando Coruja**

  
PT

**PROJETO DE LEI Nº 88/99**

Dispõe sobre o serviço auxiliar voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

## EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

*Art. A admissão para a prestação voluntária de serviços administrativos dar-se-á mediante teste prévio de capacidade física e conhecimentos gerais.*

Sala das Sessões, em 23/11/99

Deputado **Djalma Paes**  
**PSB/PE**

PSB/FE  
JESUS JOSE ANTONIO  
— — — — —

min  $\frac{1}{2} \text{ hr} = \frac{1}{2} \text{ hr}$

11

Capo Lino





CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 88-B, DE 1999

Nº 8

Dê-se ao "caput" do Art. 2º do Substitutivo da Comissão de Trabalho a seguinte redação:

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1999.

*Handwritten signatures and initials:*  
- *Paulo... PMDB*  
- *... PPB*  
- *... PPB*



**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de





saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO  
SEÇÃO DE AUTÓGRAFOS

**MATÉRIA VOTADA**  
**NA SESSÃO**  
**ORDINÁRIA DO DIA**  
**16/09/99**  
**(QUINTA-FEIRA)**  
**(às 14h.)**

*matvot.sam*





## REQUERIMENTO DE RETIRADA

Senhor Presidente,

*alvd*  
*16/9/99*

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei nº 88, de 1999, da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1999.

*Genoino*  
Deputado José Genoino  
Líder do PT

*Walter Pinheiro*

Dep Walter Pinheiro  
Vice-líder do PT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO  
SEÇÃO DE AUTÓGRAFOS**

**MATÉRIA VOTADA  
NA SESSÃO  
ORDINÁRIA DO DIA  
21/09/99  
(TERÇA-FEIRA)  
(às 14h18min.)**

*matvot.sam*






## REQUERIMENTO

  
21/9/99  
Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do(a) PL N.º 88-A/99, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 21.09.99

  
DEP. WALTER PINHEIRO  
VICE-LÍDER DO PT

cléniaVersão final.  
9/99COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINS-  
TRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, ~~de acordo com o critério do Comandante Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.~~

Parágrafo Único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no caput deste artigo nos seguintes casos:

- I- em virtude de solicitação do interessado;
- II- quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III- em razão da natureza do serviço prestado.

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I- homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II- mulheres, na mesma faixa etária.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:



(Fls. nº 02 do Substitutivo do PL nº 88/99)

I- o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar;

II- os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e

III- o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.


§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

~~Art. 6º Aplica-se aos voluntários admitidos aos serviços o disposto no art. 327 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (retirado)~~

Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ARNALDO  
FARIA DE SA



cléniaVersão final.  
9/99COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINI-  
TRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, ~~de acordo com o critério do Comandante Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.~~

Parágrafo Único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no caput deste artigo nos seguintes casos:

- I- em virtude de solicitação do interessado;
- II- quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III- em razão da natureza do serviço prestado.

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I- homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II- mulheres, na mesma faixa etária.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:



(Fls. nº 02 do Substitutivo do PL nº 88/99)

I- o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar;

II- os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e

III- o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

~~Art. 6º Aplica-se aos voluntários admitidos aos serviços o disposto no art. 327 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.~~ (retirado)

Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ARNALDO  
FARIA DE SÁ





**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de

*7*





saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em            de            de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

**Autor:** Deputado Alberto Fraga

**Relator:** Deputado Edison Andrino

**I – RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Alberto Fraga, pretende autorizar a realização, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares, de um serviço auxiliar e voluntário que terá por finalidade a execução de atividades administrativas e de defesa civil, além de outras que o Estado ou Distrito Federal determinar em regulamentação própria. Exclui-se das atividades a serem desempenhadas pelos integrantes desse serviço, o exercício do poder de polícia em vias públicas, exceto nas áreas de segurança regulamentada.

Concorrerão a esse serviço os jovens, entre 18 e 21 anos, que excederem às necessidades de incorporação nas Forças Armadas para fins de serviço militar obrigatório, devendo ser mantida dentro das corporações a proporção de cinco militares estaduais profissionais para um militar estadual voluntário.

Estabelece o projeto que compete ao Estado legislar sobre as





condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação.

Por fim, estabelece a proposição que o prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar e a ele se aplica a Lei nº 4.375, de 17 de dezembro de 1964 - Lei do Serviço Militar (LSM).

Em sua justificativa, o insigne Autor aponta como fundamentos para a criação do serviço auxiliar voluntário nas polícias e corpos de bombeiros militares:

a) a necessidade dessas organizações de possuírem um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo permanente de policiais e bombeiros para a atividade-fim; e

b) oferta de opção de emprego e de profissionalização para jovens que forem dispensados da prestação do serviço militar obrigatório.

Apreciado, em conjunto com o Projeto de Lei nº 2.236, de 1996, do Deputado Padre Roque, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), em reunião ordinária realizada no dia 1º de junho de 1999, a proposição foi considerada constitucional, jurídica e de boa técnica legislativa, nos termos do Substitutivo do Relator. O Projeto do Deputado Padre Roque – Projeto de Lei nº 2.236, de 1996, - foi considerado inconstitucional, injurídico e com falta de técnica legislativa.

O Substitutivo do Relator, na CCJR, promoveu no texto original do projeto as seguintes alterações:

a) substituiu a expressão “poderão instituir”, pela expressão “fica instituído”, no art. 1º;

b) suprimiu a expressão “Distrito Federal”, no art. 2º, e a expressão “serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º,





parágrafo único, da lei federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964", no art. 2º, § 2º;

c) acrescentou a expressão "desde que em dia com o serviço militar", no art. 3º, § 1º;

d) reduziu o período de prorrogação do serviço voluntário para um ano e meio, no art. 4º;

e) suprimiu o art. 5º, renumerando os demais;

f) suprimiu a expressão "especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação", no art. 6º; e

g) suprimiu o art. 8º.

Cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional apreciar o mérito da proposição, nos termos do art. 32, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

## II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe destacar que entendemos que as modificações propostas pela CCJR aperfeiçoam o texto original, corrigindo imperfeições do projeto, razão pela qual, faremos a análise do mérito tomando-se não o texto original, mas o texto do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A proposição tem um objetivo principal: suprir o atendimento das necessidades burocráticas e administrativas das polícias militares com o uso de um efetivo não-permanente, com a conseqüente liberação dos policiais e bombeiros militares profissionais para a execução das suas atividades-fim.





Trata-se, sem dúvida, de um nobre objetivo, uma vez que a liberação dos militares estaduais profissionais para a execução de suas missões constitucionais tem por finalidade a melhoria dos serviços prestados à população, por esses órgãos de segurança pública.

As correções feitas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação afastam quaisquer elementos que pudessem comprometer a qualidade do mérito da proposição.

Trata-se de solução simples que permitirá, em curto espaço de tempo e sem maiores custos financeiros, que os Estados façam frente à necessidade da sociedade brasileira de ter mais policiais nas ruas e melhor nível de segurança.

Sem dúvida, essa iniciativa vem ao encontro dos anseios da população brasileira, a qual cumpre a nós, Parlamentares, servirmos de porta voz nesta Casa.

Assim, louvando a iniciativa do insigne Deputado Alberto Fraga, entendemos que a proposição sob apreciação deva ser aprovada no mais breve espaço de tempo possível, apenas adotando-se as correções feitas pela CCJR, que incorporamos em um Substitutivo que estamos apresentando anexado a este Parecer.

Em face do exposto, voto pela **aprovação** deste Projeto de Lei nº 88, de 1999, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**RESULTADO DA ORDEM DO DIA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE**  
**Quinta-feira, 11 de novembro de 1999. (09:00)**

Seção de Autógrafos

Página: 001

**ORDEM DO DIA:**

**Item 1**  
**PL. 0088-B/99**

**Autor:** ALBERTO FRAGA

**Ementa:** Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

**APROVADO:**

- o Requerimento do Sr. Dep. José Pimentel (PT) solicitando a retirada de pauta do Projeto.

**Resultado:** RETIRADO DE PAUTA, A REQUERIMENTO DO SR. DEP. JOSÉ PIMENTEL (PT).





CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
COORDENAÇÃO DE APOIO AO PLENÁRIO  
SEÇÃO DE AUTÓGRAFOS

**MATÉRIA APRECIADA**  
**NA SESSÃO**  
**EXTRAORDINÁRIA**  
**DO DIA 11/11/99**  
**(QUINTA-FEIRA)**  
**(às 9h)**

*matvot.sam*



## REQUERIMENTO

*Handwritten signature and date:*  
11/11/99

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do(a) DL 88-B/99, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de  
1999

*Handwritten signature:*  
Dep José Pimentel  
Vice-líder do PT





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 2

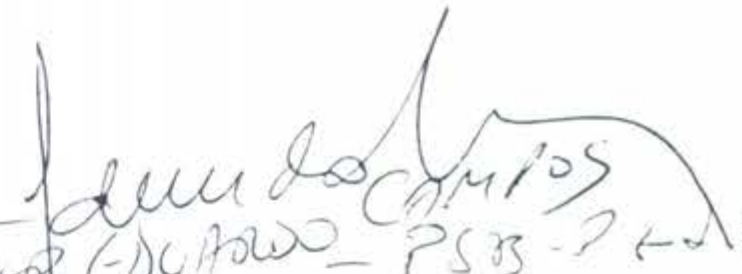
### EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Dê-se ao artigo 6º, do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, apresentado ao Projeto de Lei nº 88, de 1999, a seguinte redação:

Art. 6º - É vedada a utilização dos prestadores voluntários de serviços para o exercício do poder de polícia.

Sala das sessões, em 11 de novembro de 1999.

  
Deputado Geraldo Magela  
Vice-líder do PT

  
DEP. EDUARDO - PSB - PE

Rex Avelar - PPS

Ednardo Leão - PDT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 2

## EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Dê-se ao artigo 6º, do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, apresentado ao Projeto de Lei nº 88, de 1999, a seguinte redação:

Art. 6º - É vedada a utilização dos prestadores voluntários de serviços para o exercício do poder de polícia.

Sala das sessões, em 11 de novembro de 1999.

*Geraldo Magela*  
Deputado Geraldo Magela  
Vice-líder do PT

*Eduardo Campos*  
DEP. EDUARDO - PSB - PELO

*Rep. Roberto PPS*

*Ednardo Lepp - PDT*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 88-B/99**  
**(Substitutivo)**

Emenda de Plenário nº 3

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

*Art.... É vedado, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de armas de fogo pelos prestadores de serviço social voluntário.*

Sala das Sessões, em 11/11/99

*[Assinatura]*  
Deputado **Evlásio Farias**  
**PSB/SP**

*[Assinatura]*  
Dep. João Bimental  
Vice-Lider PT-G

*[Assinatura]* - PFS - Vice-Lider  
PFS - Lider

*[Assinatura]* PSDB -  
Saulo Pedrosa - Vice-Lider



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI Nº 88-B/99**  
**(Substitutivo)**

Emenda de Plenário nº 3

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

*Art.... É vedado, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de armas de fogo pelos prestadores de serviço social voluntário.*

Sala das Sessões, em 11/11/99

*[Assinatura]*  
Deputado **Evlásio Farias**  
**PSB/SP**

*[Assinatura]*  
Dep. João Bimental  
Vice-Lider PT-G

*[Assinatura]* - PPS - Vice-Lider  
*[Assinatura]* - PSD - Lider

*[Assinatura]* - PSDB -  
Saulo Pedrosa - Vice-Lider



EM VOTAÇÃO O SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE  
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL,  
RESSALVADOS OS DESTAQUES

(ver fichas do sistema eletrônico de votação)

**(SE APROVADO)** – FICAM PREJUDICADOS: O PROJETO  
PRINCIPAL, OS SUBSTITUTIVOS DAS COMISSÕES DE  
TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, E DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO E AS  
EMENDAS A ELE APRESENTADAS.



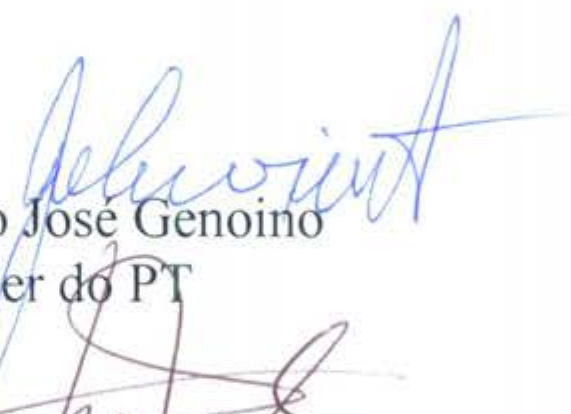
CÂMARA DOS DEPUTADOS

## REQUERIMENTO

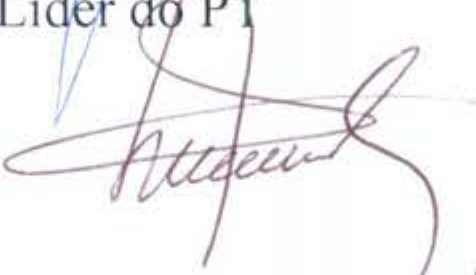
Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do Projeto de Lei nº 88, de 1999, da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999.



Deputado José Genoíno  
Líder do PT



Dep. Walter Pinheiro  
Vice-líder do PT



*Item 1*

**PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO AUXILIAR E VOLUNTÁRIO NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES. TENDO PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM SUBSTITUTIVO (RELAOR: SR. INALDO LEITÃO). **PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSÕES:** DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

*deu a Mesa a seguinte teor:*

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO ARNALDO JARIA DE SA.....

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **EDISON ANDRINO**.....

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO



Item 1

**PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO AUXILIAR E VOLUNTÁRIO NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES. TENDO PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM SUBSTITUTIVO (RELAOR: SR. INALDO LEITÃO). **PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSÕES:** DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

John a Mesa Arquivando no seguinte teor:

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO .....ARNALDO FARIA DE SA.....

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **EDISON ANDRINO**.....

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Submeta-se ao Plenário.

Em / / 99 Presidente

**Requerimento**  
**(Do Sr. Luiz Antonio Fleury e outros)**

*And*  
*12/5/99*

Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei n.º 88, de 1999, do senhor Alberto Fraga.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos a V. Ex<sup>a</sup>., regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei n.º 88, de 1999 do senhor Alberto Fraga, que dispõe sobre o Serviço Auxiliar e Voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Sala das Sessões, em *27/ABR* de 1999.

*27/04/99*

Deputado Luiz Antonio Fleury  
PTB-SP

*Alcides*  
*ALCIDES LDO FARIAS DE SA*  
*INOCENCIO OLIVEIRA*

*Roberto Fraga*  
*-23*  
*dielen NIX*

*Roberto Jefferson*

*Luiz Antonio Fleury*  
*-108*

*SCB - 52*  
*ODEFONIO*  
*JOÃO*

*pol. Gervasio*  
*JOSE GERVASIO*

*eddy*  
*PL/PST*  
*PDT*  
*ALCANTARA*  
*Costa Neto*  
*ACIO*  
*POVO*

*RODRIGUES - 100*  
*VALDOMAR*  
*COSTA NETO*  
*ACIO*  
*POVO*

Caixa: 5

Lote: 78  
PL N° 88/1999  
129

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em	27/04/99 às 18:38
Nome	
Ponto	5749



88  
PROJETO DE LEI Nº, DE 1997

Dispõe sobre o Serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir nas Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, Forças Auxiliares e reserva do Exército o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, as condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado ou o Distrito Federal determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do Serviço Auxiliar Voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que, realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário, serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá ao critério de seleção entre os alistados que excederem às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão incorporados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos.

§ 2º O efetivo a ser incorporado, não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não podendo exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá a duração de 01 (um) ano, podendo o prestador, desse serviço engajar-se por mais 01 (um) ou 2 (dois) anos, no máximo, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 5º A União fará a supervisão dos efetivos, convocação e mobilização dos prestadores do serviço auxiliar voluntário

Art. 6º Obedecido ao disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário, especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento assistência de saúde desincorporação

Art. 7º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva Instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou de folga.

Art. 8º Aplica-se, ao prestador do serviço auxiliar voluntário instituído por esta lei, o previsto para os integrantes das polícias militares e corpos de bombeiros militares na Lei nº 4.375, de 17 de dezembro de 1964 (LSM) e respectiva regulamentação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 1999

24/02/99

  
Deputado JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA

### JUSTIFICAÇÃO

As polícias militares e corpos de bombeiros militares, instituições militares responsáveis pela segurança pública têm a necessidade de um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo pronto de policiais e bombeiros para a atividade fim da Instituição.

Nos dias atuais temos assistido um número cada vez mais crescente do desemprego e os jovens que atingem a idade do serviço militar estão prontos para entrar no mercado de trabalho e ao serem dispensados do serviço militar ficam sem uma profissionalização e oportunidade de iniciar o seu primeiro emprego.

Em países desenvolvido do mundo como a França temos a prestação de serviço nas instituições de segurança pública e com certeza essa medida atinge várias vertentes das necessidades sociais, tanto para o jovem, para a Instituição, para a segurança pública e para a sociedade que com certeza terá mais policiais e bombeiros nas ruas dando-lhe segurança



1m 4

**PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999**  
**(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO AUXILIAR E VOLUNTÁRIO NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES. TENDO PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM SUBSTITUTIVO (RELAOR: SR. INALDO LEITÃO). **PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSÕES:** DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

*Deu a mesa de governo no  
segundo turno.*

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO ~~VALDOMIRO MEGER~~.....

*Arnaldo Faria  
dis*

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **EDISON ANDRINO**.....

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO

Item 2

**PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO AUXILIAR E VOLUNTÁRIO NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES. TENDO PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM SUBSTITUTIVO (RELAOR: SR. INALDO LEITÃO). **PENDENTE DE PARECERES DAS COMISSÕES:** DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SA.....

PARA OFERECER PARECER, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **EDISON ANDRINO**.....

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO



O PROJETO FOI EMENDADO

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **VALDOMIRO MEGER**.....

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO .....

PARA OFERECER PARECER ÀS EMENDAS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, CONCEDO A PALAVRA AO DEPUTADO **INALDO LEITÃO**.....

PASSA-SE À VOTAÇÃO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requiro a Vossa Excelência, A  
RETIRADA DE PAUTA DO PROJETO DE LEI Nº 88, de 1999, constante do  
item 5 da Ordem do Dia de hoje, para melhor análise da matéria por parte da  
nossa Bancada.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1997

Deputado \_\_\_\_\_







## REQUERIMENTO

*André*  
*12/11*

Senhor Presidente.

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a retirada do(a) PL 88-B/99, constante da pauta da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17. 11. 99

*Gustavo*  
DEP. GUSTAVO MABUZA  
VICE-LÍDER DO PT

Item 3

**PROJETO DE LEI Nº 88-B, DE 1999  
(DO SR. ALBERTO FRAGA)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 88-A, DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO AUXILIAR E VOLUNTÁRIO NAS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES. TENDO PARECERES DOS RELATORES DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO: À COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. ARNALDO FARIA DE SÁ); E À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO. (RELATOR: SR. EDISON ANDRINO); E DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA, COM SUBSTITUTIVO (RELATOR: SR. INALDO LEITÃO).

*Sobre o Projeto Apresentado em seguinte:*

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

**Autor:** Deputado Alberto Fraga

**Relator:** Deputado Edison Andrino

**I – RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Alberto Fraga, pretende autorizar a realização, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares, de um serviço auxiliar e voluntário que terá por finalidade a execução de atividades administrativas e de defesa civil, além de outras que o Estado ou Distrito Federal determinar em regulamentação própria. Exclui-se das atividades a serem desempenhadas pelos integrantes desse serviço, o exercício do poder de polícia em vias públicas, exceto nas áreas de segurança regulamentada.

Concorrerão a esse serviço os jovens, entre 18 e 21 anos, que excederem às necessidades de incorporação nas Forças Armadas para fins de serviço militar obrigatório, devendo ser mantida dentro das corporações a proporção de cinco militares estaduais profissionais para um militar estadual voluntário.

Estabelece o projeto que compete ao Estado legislar sobre as





condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação.

Por fim, estabelece a proposição que o prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar e a ele se aplica a Lei nº 4.375, de 17 de dezembro de 1964 - Lei do Serviço Militar (LSM).

Em sua justificativa, o insigne Autor aponta como fundamentos para a criação do serviço auxiliar voluntário nas polícias e corpos de bombeiros militares:

a) a necessidade dessas organizações de possuírem um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo permanente de policiais e bombeiros para a atividade-fim; e

b) oferta de opção de emprego e de profissionalização para jovens que forem dispensados da prestação do serviço militar obrigatório.

Apreciado, em conjunto com o Projeto de Lei nº 2.236, de 1996, do Deputado Padre Roque, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), em reunião ordinária realizada no dia 1º de junho de 1999, a proposição foi considerada constitucional, jurídica e de boa técnica legislativa, nos termos do Substitutivo do Relator. O Projeto do Deputado Padre Roque – Projeto de Lei nº 2.236, de 1996, - foi considerado inconstitucional, injurídico e com falta de técnica legislativa.

O Substitutivo do Relator, na CCJR, promoveu no texto original do projeto as seguintes alterações:

a) substituiu a expressão “poderão instituir”, pela expressão “fica instituído”, no art. 1º;

b) suprimiu a expressão “Distrito Federal”, no art. 2º, e a expressão “serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º,





parágrafo único, da lei federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964", no art. 2º, § 2º;

c) acrescentou a expressão "desde que em dia com o serviço militar", no art. 3º, § 1º;

d) reduziu o período de prorrogação do serviço voluntário para um ano e meio, no art. 4º;

e) suprimiu o art. 5º, renumerando os demais;

f) suprimiu a expressão "especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação", no art. 6º; e

g) suprimiu o art. 8º.

Cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional apreciar o mérito da proposição, nos termos do art. 32, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

## II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe destacar que entendemos que as modificações propostas pela CCJR aperfeiçoam o texto original, corrigindo imperfeições do projeto, razão pela qual, faremos a análise do mérito tomando-se não o texto original, mas o texto do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A proposição tem um objetivo principal: suprir o atendimento das necessidades burocráticas e administrativas das polícias militares com o uso de um efetivo não-permanente, com a conseqüente liberação dos policiais e bombeiros militares profissionais para a execução das suas atividades-fim.





Trata-se, sem dúvida, de um nobre objetivo, uma vez que a liberação dos militares estaduais profissionais para a execução de suas missões constitucionais tem por finalidade a melhoria dos serviços prestados à população, por esses órgãos de segurança pública.

As correções feitas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação afastam quaisquer elementos que pudessem comprometer a qualidade do mérito da proposição.

Trata-se de solução simples que permitirá, em curto espaço de tempo e sem maiores custos financeiros, que os Estados façam frente à necessidade da sociedade brasileira de ter mais policiais nas ruas e melhor nível de segurança.

Sem dúvida, essa iniciativa vem ao encontro dos anseios da população brasileira, a qual cumpre a nós, Parlamentares, servirmos de porta voz nesta Casa.

Assim, louvando a iniciativa do insigne Deputado Alberto Fraga, entendemos que a proposição sob apreciação deva ser aprovada no mais breve espaço de tempo possível, apenas adotando-se as correções feitas pela CCJR, que incorporamos em um Substitutivo que estamos apresentando anexado a este Parecer.

Em face do exposto, voto pela **aprovação** deste Projeto de Lei nº 88, de 1999, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR





**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de





saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR



## E M E N T A

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

ALBERTO FRAGA  
(PMDB-DF)

## A N D A M E N T O

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

24.02.99

PLENÁRIO

Fala o autor, apresentando o Projeto.

MESA

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - Art. 24, II.

30.03.99

PLENÁRIO

É lido e vai a imprimir. OCD 16103/99, pág. 9558 col. 02.  
Rep: OCD 13104/99, pág. 14964 col. 02.

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

05.04.99

Encaminhado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

27.04.99

PLENÁRIO

Apresentação de Requerimento pelos Dep. Luiz Antonio Fleury-PTB, em apoio amente; Roberto Jefferson, Líder do PTB; Inocêncio Oliveira, Líder do PFL; Odelmo Leão, Líder do PPB; Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB; Valdeimar Costa Neto, Líder do Bloco PL, PST, PSL, PMN, PSD; José Genoíno, Líder do PT; Dr. Hélio, na qualidade de Líder do PDT e Aécio Neves, Líder do PSDB, solicitando, nos termos do art. 155 do RI, URGÊNCIA para este projeto.

OCD 28104/99, pág. 17824, col. 02

VIDE VERSO .....

MESA

04.05.99 Requerimento do Dep. PADRE ROQUE, solicitando a apensação deste ao PL. 2.223/96.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

07.05.99 Distribuído ao relator, Dep. VALDOMIRO MEGER.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

07.05.99 Prazo para apresentação de emendas, a partir de 10.05.99: 05 sessões.

MESA

07.05.99 Deferido requerimento do Dep. PADRE ROQUE, solicitando a apensação deste ao PL. 2.223/96

DCD 05/05/99, pág. 18965, col. 01

APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 2.223/96

PLENÁRIO

12.05.99 Aprovado o Requerimento dos Dep. Luiz Antonio Fleury - PTB, em apoio; Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB; Odelmo Leão, Líder do PPB; Aécio Neves, Líder do PSDB; José Genoíno, Líder do PTe Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, solicitando, nos termos do art. 155 do RI, URGÊNCIA para este projeto.

MESA

DCD 13/05/99, pág. 20564, col. 02

23.06.99 Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 23 a 30.06.99.  
(DESMEMBRAMENTO: constitucionalidade deste e inconstitucionalidade do principal).

MESA

30.06.99 Recurso nº 26 /99, do Dep. Luiz Carlos Hauly e outros, solicitando que este Projeto seja apreciado pelo Plenário.



ANDAMENTO

MESA

20.08.99 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo. Pendente de parecer das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.  
(PL 88-A/99).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

25.08.99 Distribuído ao relator, Dep. FERNANDO GONÇALVES.

PLENÁRIO

01.09.99 Discussão em Turno Único.  
Não apreciado, em razão da aprovação do Requerimento de retirada de pauta, da Ordem do Dia, do item nº 01 com Urgência Constitucional.

PLENÁRIO (09:00 horas)

02.09.99 Discussão em Turno Único.  
Não apreciado, em razão da aprovação do Requerimento de retirada de pauta, da Ordem do Dia, do item nº 01 com Urgência Constitucional.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

03.09.99 Redistribuído ao relator, Dep. EDISON ANDRINO.

MESA

13.09.99 Deferido Ofício nº P-127/99 da CREDN, solicitando a reconstituição deste Projeto.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

14.09.99 Parecer favorável do relator, Dep. VALDOMIRO MEGER, com adoção do substitutivo da CCJR.

Vide-verso.....

ANDAMENTO

15.09.99 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Retirado de pauta, de ofício.

16.09.99 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. José Genoíno, Líder do PT e outro, que solicita a retirada de pauta, da Ordem do Dia, deste projeto.

21.09.99 PLENÁRIO (14:00 horas)  
Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. Walter Pinheiro, na qualidade de Líder do PT, solicitando, a retirada da pauta da Ordem do Dia, deste projeto.

20.10.99 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Adiada a discussão, em face do encerramento da Sessão.

10.11.99 PLENÁRIO (19:50 horas)  
Discussão em Turno Único.  
Designação do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, para proferir parecer em substituição à CTASP, que conclui pela aprovação, com Substitutivo.  
Leitura do parecer do Relator da CREDN, Dep. Edson Andrino, pelo Presidente, que conclui pela aprovação, com Substitutivo.  
Em consequência, sai da pauta, da Ordem do Dia, para publicação dos pareceres.



## ANDAMENTO

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

11.11.99 É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: dos relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com substitutivo; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.  
(PL 88-B/99).

PLENÁRIO

11.11.99 Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. José Pimentel, solicitando a retirada de pauta, da Ordem do Dia deste projeto.

PLENÁRIO

17.11.99 Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. Geraldo Magela, na qualidade de Líder do PT, solicitando a retirada de pauta, da Ordem do Dia, deste projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 88-C, DE 1999

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo nos seguintes casos:

- I - em virtude de solicitação do interessado;
- II - quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III - em razão da natureza do serviço prestado.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

I - homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e

II - mulheres, na mesma faixa etária.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

I - o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;

II - os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e

III - o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º É vedado, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de armas de fogo pelos prestadores de serviço social voluntário.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

rios nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1999

Relator

*Depado*  
DEP. JÚLIO DELGADO



PS-GSE/347/99

Brasília, 25 de novembro de 1999.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 88, de 1999, da Câmara dos Deputados, que "Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Deputado UBIRATAN AGUIAR  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RONALDO CUNHA LIMA  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

N E S T A

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no caput deste artigo nos seguintes casos:

- I - em virtude de solicitação do interessado;
- II - quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III - em razão da natureza do serviço prestado.

mg. D



Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

I - homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e

II - mulheres, na mesma faixa etária.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecem:

I - o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;

II - os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e


III - o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º É vedado, sob qualquer hipótese, o porte ou uso de armas de fogo pelos prestadores de serviço social voluntário.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.



Art. 7º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 25 de novembro de 1999

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'M' followed by a long, sweeping horizontal line that curves upwards at the end.



## EMENTA

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

ALBERTO FRAGA  
(PMDB-DF)

## ANDAMENTO

Sancionado ou promulgado

24.02.99

PLENÁRIO

Fala o autor, apresentando o Projeto.

Publicado no Diário Oficial de

MESA

Despacho: Às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54) - Art. 24, II.

Vetado

Razões do veto-publicadas no

30.03.99

PLENÁRIO

É lido e vai a imprimir. DCD 16/03/99, pág. 9558 col. 02.

Rep: DCD 13/04/99, pág. 14964 col. 02.

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

05.04.99

Encaminhado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

27.04.99

PLENÁRIO

Apresentação de Requerimento pelos Dep. Luiz Antonio Fleury-PTB, em apoio; Roberto Jefferson, Líder do PTB; Inocêncio Oliveira, Líder do PFL; Odelmo Leão, Líder do PPB; Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB; Valdeimar Costa Neto, Líder do Bloco PL, PST, PSL, PMN, PSD; José Genoíno, Líder do PT; Dr. Hélio, na qualidade de Líder do PDT e Aécio Neves, Líder do PSDB, solicitando, nos termos do art. 155 do RI, URGÊNCIA para este projeto.

DCD 28/04/99, pág. 17821, col. 02

VIDE VERSO .....

MESA

04.05.99 Requerimento do Dep. PADRE ROQUE, solicitando a apensação deste ao PL. 2.223/96.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

07.05.99 Distribuído ao relator, Dep. VALDOMIRO MEGER.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

07.05.99 Prazo para apresentação de emendas, a partir de 10.05.99: 05 sessões.

MESA

07.05.99 Deferido requerimento do Dep. PADRE ROQUE, solicitando a apensação deste ao PL. 2.223/96

DCD 05/05/99, pág. 18965, col. 01

APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 2.223/96

PLENÁRIO

12.05.99 Aprovado o Requerimento dos Dep. Luiz Antonio Fleury - PTB, em apoio; Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB; Odelmo Leão, Líder do PPB; Aécio Neves, Líder do PSDB; José Genoíno, Líder do PTe Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, solicitando, nos termos do art. 155 do RI, URGÊNCIA para este projeto.

MESA

DCD 13/05/99, pág. 20564, col. 02

23.06.99 Prazo para apresentação de recurso artigo 132, § 2º do RI (05 sessões) de: 23 a 30.06.99.  
(DESMEMBAMENTO: constitucionalidade deste e inconstitucionalidade do principal).

MESA

30.06.99 Recurso nº 26 /99, do Dep. Luiz Carlos Hauly e outros, solicitando que este Projeto seja apreciado pelo Plenário.



ANDAMENTO

MESA

20.08.99 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo. Pendente de parecer das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. (PL 88-A/99).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

25.08.99 Distribuído ao relator, Dep. FERNANDO GONÇALVES.

PLENÁRIO

01.09.99 Discussão em Turno Único.  
Não apreciado, em razão da aprovação do Requerimento de retirada de pauta, da Ordem do Dia, do item nº 01 com Urgência Constitucional.

PLENÁRIO (09:00 horas)

02.09.99 Discussão em Turno Único.  
Não apreciado, em razão da aprovação do Requerimento de retirada de pauta, da Ordem do Dia, do item nº 01 com Urgência Constitucional.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

03.09.99 Redistribuído ao relator, Dep. EDISON ANDRINO.

MESA

13.09.99 Deferido Ofício nº P-127/99 da CREDN, solicitando a reconstituição deste Projeto.

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

14.09.99 Parecer favorável do relator, Dep. VALDOMIRO MEGER, com adoção do substitutivo da CCJR.

Vide-verso.....

ANDAMENTO

- 15.09.99 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Retirado de pauta, de ofício.
- 16.09.99 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. José Genoíno, Líder do PT e outro, que solicita a retirada de pauta, da Ordem do Dia, deste projeto.
- 21.09.99 PLENÁRIO (14:00 horas)  
Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. Walter Pinheiro, na qualidade de Líder do PT, solicitando, a retirada de pauta da Ordem do Dia, deste projeto.
- 20.10.99 PLENÁRIO  
Discussão em Turno Único.  
Adiada a discussão, em face do encerramento da Sessão.
- 10.11.99 PLENÁRIO (19:50 horas)  
Discussão em Turno Único.  
Designação do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, para proferir parecer em substituição à CTASP, que conclui pela aprovação, com Substitutivo.  
Leitura do parecer do Relator da CREDN, Dep. Edson Andrino, pelo Presidente, que conclui pela aprovação, com Substitutivo.  
Em consequência, sai da pauta, da Ordem do Dia, para publicação dos pareceres.



ANDAMENTO

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

11.11.99 É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: dos relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo, e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com substitutivo; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.  
(PL 88-B/99).

PLENÁRIO

11.11.99 Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. José Pimentel, solicitando a retirada de pauta, da Ordem do Dia deste projeto.

PLENÁRIO

17.11.99 Discussão em Turno Único.  
Aprovado o Requerimento do Dep. Geraldo Magela, na qualidade de Líder do PT, solicitando a retirada de pauta, da Ordem do Dia, deste projeto.

PLENÁRIO

23.11.99 Discussão em Turno Único.  
Rejeitado o Requerimento do Dep. Walter Pinheiro, qualidade de Líder do PT, solicitando a retirada de pauta, da Ordem do Dia, deste projeto.  
Verificação de votação, solicitada pelo Dep. Geraldo Magela - PT: SIM-83; NÃO-249; ABST-0; TOTAL-332 :  
REJEITADO O REQUERIMENTO.

Continua.....

## ANDAMENTO

PLENÁRIO

23.11.99

Continuação da página anterior.

Discussão do projeto pelos Dep. Geraldo Magela e Enio Bacci.

Encerrada a discussão.

Apresentação de 08 Emendas de Plenário, assim distribuídas: Emenda 1 pelo Dep. Regis Cavalcante, Emenda 2 pelo Dep. Geraldo Magela, Emenda 3 pelo Dep. Evilásio Farias, Emendas 4 e 6 pelo Dep. Fernando Coruja, Emenda 5 pelo Dep. Dr. Hélio, Emenda 7 pelo Dep. Djalma Paes e Emenda 8 pelo Dep. Mendes Ribeiro Filho.

Designação do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá, para proferir parecer às Emendas de Plenário em substituição à CTASP, que conclui pela aprovação das Emendas 3 e 8 e rejeição das demais.

Designação do Relator, Dep. Edison Andrino, para proferir parecer às Emendas de Plenário em substituição à CREDN, que conclui pela aprovação das Emendas 3 e 8 e rejeição das demais.

Designação do Relator, Dep. Inaldo Leitão, para proferir parecer às Emendas de Plenário em substituição à CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Encaminhamento da votação pelos Dep. José Genoíno, Enio Bacci, Fernando Coruja e Geraldo Magela. Aprovado o Requerimento do Dep. Geraldo Magela, na qualidade de Líder do PT, solicitando preferência para votação do Substitutivo do Relator da CTASP sobre os Substitutivos da CREDN e da CCJR.

Em votação o Substitutivo do Relator da CTASP: APROVADO.

Verificação da votação, solicitada pelo Dep. Walter Pinheiro, na qualidade de Líder do PT: SIM-320; NÃO-81; ABST-0; TOTAL-401: APROVADO O SUBSTITUTIVO.

Em votação as Emendas nºs 3 e 8, com pareceres favoráveis: APROVADAS.

Em votação as Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6 e 7, com pareceres contrários: REJEITADAS.

Prejudicado o projeto inicial e as demais proposições.

Em votação a Redação Final, oferecida pelo Relator, Dep.

: APROVADA.

Vai ao Senado Federal.

(PL. nº 88-C/99)

MESA

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF.

157  
PL Nº 88/1999  
Lote: 78

CAIXA: 2





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO DE LEI

**Nº 88-B, DE 1999**

( Do Sr. Alberto Fraga )

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; tendo pareceres: dos relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. Arnaldo Faria de Sá), e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação, com substitutivo (relator: Dep. Edison Andrino); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo (relator: Dep. Inaldo Leitão).

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) – ART. 24, II)

## SUMÁRIO

- I – Projeto inicial
- II – Pareceres dos relatores designados pela Mesa em substituição às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.
- III – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (enquanto apensado ao PL nº 2.223/96):
  - parecer do relator
  - substitutivo oferecido pelo relator
  - parecer da Comissão
  - substitutivo adotado pela Comissão



O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir nas Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, Forças Auxiliares e reserva do Exército o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário, as condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas, serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado ou o Distrito Federal determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do Serviço Auxiliar Voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que, realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário, serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá ao critério de seleção entre os alistados que excederem às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão incorporados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos.

§ 2º O efetivo a ser incorporado, não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não podendo exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá a duração de 01 (um) ano, podendo o prestador, desse serviço engajar-se por mais 01 (um) ou 2 (dois) anos, no máximo, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º A União fará a supervisão dos efetivos, convocação e mobilização dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.



Art. 6º Obedecido ao disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário, especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento assistência de saúde desincorporação.

Art. 7º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva Instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou de folga.

Art. 8º Aplica-se, ao prestador do serviço auxiliar voluntário instituído por esta lei, o previsto para os integrantes das polícias militares e corpos de bombeiros militares na Lei nº 4.375, de 17 de dezembro de 1964 (LSM) e respectiva regulamentação.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 1999

  
Deputado JOÃO ALBERTO FRAGA SILVA

24/02/99

#### JUSTIFICAÇÃO

As polícias militares e corpos de bombeiros militares, instituições militares responsáveis pela segurança pública têm a necessidade de um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo pronto de policiais e bombeiros para a atividade fim da Instituição.

Nos dias atuais temos assistido um número cada vez mais crescente do desemprego e os jovens que atingem a idade do serviço militar estão prontos para entrar no mercado de trabalho e ao serem dispensados do serviço militar ficam sem uma profissionalização e oportunidade de iniciar o seu primeiro emprego.

Em países desenvolvido do mundo como a França temos a prestação de serviço nas instituições de segurança pública e com certeza essa medida atinge várias vertentes das necessidades sociais, tanto para o jovem, para a Instituição, para a segurança pública e para a sociedade que com certeza terá mais policiais e bombeiros nas ruas dando-lhe segurança.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

**LEI Nº 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964**

LEI DO SERVIÇO MILITAR.

TÍTULO I

Da Natureza, Obrigatoriedade e Duração do Serviço Militar

CAPÍTULO I

Da Natureza e Obrigatoriedade do Serviço Militar

Art. 4º - Os brasileiros nas condições previstas nesta Lei prestarão o Serviço Militar incorporados em Organizações da Ativa das Forças Armadas ou matriculados em Órgão de Formação de Reserva.

Parágrafo único. O Serviço prestado nas Polícias Militares, Corpos de Bombeiros e outras corporações encarregadas da segurança pública será considerado de interesse militar. O ingresso nessas corporações dependerá de autorização de autoridade militar competente e será fixado na regulamentação desta Lei.

Caixa: 5

Lote: 78  
PL Nº 88/1999  
159



PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO À  
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO,

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, analisando com o autor do Projeto de Lei nº 88, de 1999, e com várias Lideranças, elaboramos um Substitutivo que, segundo as várias discussões, atenderia a grande parcela do Congresso Nacional.

O que visa o projeto de autoria do Deputado Alberto Fraga? Ele permite o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares.

*Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições que estão estabelecidas no Substitutivo apresentado.*

*Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período.*

*Parágrafo Único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no **caput** desse artigo nos seguintes casos:*

*I - em virtude de solicitação do interessado;*

*II - quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou*

*III - em razão da natureza do serviço prestado.*

*Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:*

*I - homens, maiores de 18 e menores de 23 anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e*

*II - mulheres, na mesma faixa etária.*

*Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:*

*I - o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada grupo de cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;*

*II - os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e*

*III - o critério de admissão dos voluntários aos serviços.*

*Art. 5º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta lei.*



§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder a dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Sras. e Srs. Deputados, o texto que li do Substitutivo já contempla uma solicitação do Líder do PT, Deputado Geraldo Magela, que não concordava com o fato de o Substitutivo, no seu art. 2º, ficar a expressão "a critério do Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar. Portanto, a redação fica contida na seguinte expressão: "A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por no máximo igual período".

Como existe um Substitutivo já apresentado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e que regimental e tecnicamente teria a preferência, estamos apresentando requerimento para que o parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ora apresentado, tenha a preferência na votação, pois, do contrário, este acordo construído não traria os resultados almejados não só pelos autores, mas pelos Líderes e pelos demais Relatores.

Entendemos inclusive que, com essa aprovação, daremos oportunidade a vários daqueles que, sendo dispensados do serviço militar, encontrarem dificuldade de colocação profissional possam encaixar-se na possibilidade da prestação de serviço às Polícias Militares e aos Corpos de Bombeiros por um determinado período, sujeito a prorrogação.

A partir daí criaremos a expectativa de atendimento a vários jovens que estão sem perspectiva no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, várias funções burocráticas de polícia que hoje são ocupadas por um policial devidamente concursado. Isso poderia fazer com que esse policial fosse exercer as funções precípua de segurança que reclama a população e deixaria essa atividade burocrática para esses jovens que prestariam o serviço voluntário.

Este é o Substitutivo que apresento. Oportunamente pediremos, regimentalmente, preferência de votação, já tendo sido excluído o texto do antigo art. 6º, em razão da necessidade de acordo, para que ele seja retirado. O art. 7º passaria a ser o 6º. Haveria supressão de parte do art. 2º, em razão de uma solicitação da Liderança do PT.

Sr. Presidente, este é o relatório, com o Substitutivo, pela aprovação do Projeto de Lei nº 88, de 1999, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.



## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, ~~de acordo com o critério do Comandante Geral da respectiva Polícia Militar ou do Comandante do Corpo de Bombeiros Militar.~~

Parágrafo Único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no caput deste artigo nos seguintes casos:

- I- em virtude de solicitação do interessado;
- II- quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III- em razão da natureza do serviço prestado.

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I- homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II- mulheres, na mesma faixa etária.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

I- o número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiro Militar;

II- os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e

III- o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.


§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

~~Art. 6º Aplica-se aos voluntários admitidos aos serviços o disposto no art. 327 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.~~ (retirado)

Art. 6º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, à exceção do exercício do poder de polícia.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
ARNALDO  
FARIAS DE SA

## PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Alberto Fraga, pretende autorizar a realização, nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares, de um serviço auxiliar e voluntário que terá por finalidade a execução de atividades administrativas e de defesa civil, além de outras que o



Estado ou Distrito Federal determinar em regulamentação própria. Exclui-se das atividades a serem desempenhadas pelos integrantes desse serviço, o exercício do poder de polícia em vias públicas, exceto nas áreas de segurança regulamentada.

Concorrerão a esse serviço os jovens, entre 18 e 21 anos, que excederem às necessidades de incorporação nas Forças Armadas para fins de serviço militar obrigatório, devendo ser mantida dentro das corporações a proporção de cinco militares estaduais profissionais para um militar estadual voluntário.

Estabelece o projeto que compete ao Estado legislar sobre as condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação.

Por fim, estabelece a proposição que o prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar e a ele se aplica a Lei nº 4.375, de 17 de dezembro de 1964 - Lei do Serviço Militar (LSM).

Em sua justificativa, o insigne Autor aponta como fundamentos para a criação do serviço auxiliar voluntário nas polícias e corpos de bombeiros militares:

a) a necessidade dessas organizações de possuírem um quadro temporário para prestar apoio nas atividades administrativas, liberando e disponibilizando o efetivo permanente de policiais e bombeiros para a atividade-fim; e

b) oferta de opção de emprego e de profissionalização para jovens que forem dispensados da prestação do serviço militar obrigatório.

Apreciado, em conjunto com o Projeto de Lei nº 2.236, de 1996, do Deputado Padre Roque, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), em reunião ordinária realizada no dia 1º de junho de 1999, a proposição foi considerada constitucional, jurídica e de boa técnica legislativa, nos termos do Substitutivo do Relator. O Projeto do Deputado Padre Roque – Projeto de Lei nº



2.236. de 1996, - foi considerado inconstitucional, injurídico e com falta de técnica legislativa.

O Substitutivo do Relator, na CCJR, promoveu no texto original do projeto as seguintes alterações:

a) substituiu a expressão "poderão instituir", pela expressão "fica instituído", no art. 1º;

b) suprimiu a expressão "Distrito Federal", no art. 2º, e a expressão "serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º, parágrafo único, da lei federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964", no art. 2º, § 2º;

c) acrescentou a expressão "desde que em dia com o serviço militar", no art. 3º, § 1º;

d) reduziu o período de prorrogação do serviço voluntário para um ano e meio, no art. 4º;

e) suprimiu o art. 5º, renumerando os demais;

f) suprimiu a expressão "especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação", no art. 6º; e

g) suprimiu o art. 8º.

Cabe a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional apreciar o mérito da proposição, nos termos do art. 32, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.



## II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, cabe destacar que entendemos que as modificações propostas pela CCJR aperfeiçoam o texto original, corrigindo imperfeições do projeto, razão pela qual, faremos a análise do mérito tomando-se não o texto original, mas o texto do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

A proposição tem um objetivo principal: suprir o atendimento das necessidades burocráticas e administrativas das polícias militares com o uso de um efetivo não-permanente, com a conseqüente liberação dos policiais e bombeiros militares profissionais para a execução das suas atividades-fim.

Trata-se, sem dúvida, de um nobre objetivo, uma vez que a liberação dos militares estaduais profissionais para a execução de suas missões constitucionais tem por finalidade a melhoria dos serviços prestados à população, por esses órgãos de segurança pública.

As correções feitas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação afastam quaisquer elementos que pudessem comprometer a qualidade do mérito da proposição.

Trata-se de solução simples que permitirá, em curto espaço de tempo e sem maiores custos financeiros, que os Estados façam frente à necessidade da sociedade brasileira de ter mais policiais nas ruas e melhor nível de segurança.

Sem dúvida, essa iniciativa vem ao encontro dos anseios da população brasileira, a qual cumpre a nós, Parlamentares, servirmos de porta voz nesta Casa.

Assim, louvando a iniciativa do insigne Deputado Alberto Fraga, entendemos que a proposição sob apreciação deva ser aprovada no mais breve espaço de tempo possível, apenas adotando-se as correções feitas pela CCJR, que incorporamos em um Substitutivo que estamos apresentando anexado a este Parecer.



Em face do exposto, voto pela **aprovação** deste Projeto de Lei  
' 88, de 1999, nos termos do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
**DEPUTADO EDISON ANDRINO**  
**RELATOR**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1999**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas  
Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e defesa civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do serviço auxiliar voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.



Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se à lei penal militar, aos regulamentos e às normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.



Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 1999.

  
DEPUTADO EDISON ANDRINO  
RELATOR

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.223-A/96  
(APENSADO O PL 88/99)

### I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Alberto Fraga, e que está apensado ao Projeto de Lei nº 2.223/96, do Dep. Padre Roque, este declarado antijurídico e inconstitucional, por esta Comissão, e tem como objetivo básico permitir que os Governos Estaduais possam instituir o serviço voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Estabelece que os voluntários serão aqueles que forem considerados excesso de contingente, por excederem a necessidade de incorporação das Forças Armadas, e desejarem ingressar nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Os voluntários terão como finalidade a execução de atividades administrativas e serviços auxiliares de defesa civil e de saúde, sendo vedado o exercício do poder de polícia nas vias públicas.

O serviço voluntário terá a duração de um ano, podendo ser prorrogado por mais dois períodos.



Em sua justificativa o autor destaque a importância para a sociedade desse serviço alternativo, pois retirará da função administrativa os policiais, que serão substituídos pelos voluntários, reforçando o número de policiais e bombeiros nas ruas.

Acrescenta que os jovens terão a oportunidade de iniciar uma profissão, neste momento de alto desemprego, servindo como mecanismo de ingresso no mercado de trabalho.

Finaliza, informando que outros países já implantaram esse serviço com muito sucesso, como a França e a Itália.

A matéria foi trazida a esta Comissão em virtude de aprovação de urgência, cabendo manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Os requisitos de admissibilidade da proposição são os previstos no art. 61, § 1º, da Constituição Federal.

O exame dos requisitos supracitados deixa antever que o projeto não contém vícios de inconstitucionalidade, uma vez que é de competência da União legislar sobre normas gerais aplicáveis às polícias militares e corpos de bombeiros militares, conforme prevê o art. 22, inciso XXI, podendo ser apresentada a proposição por qualquer membro do Congresso Nacional; não ferindo, portanto, a competência do Estado membro. Porém, quanto a técnica legislativa, merece reparos, na seguinte conformidade:

a) no art. 1º substitui-se a expressão “poderão instituir” por “fica instituído”, uma vez que esta redação corresponde a técnica legislativa adotada neste parlamento, e não a expressão condicional;

b) no art. 2º suprime-se a expressão “Distrito Federal”, uma vez que compete a União organizar e manter a polícia militar e o corpo de bombeiros do Distrito Federal, preservando a sua competência;



c) no § 2º do art. 2º, supprime-se a expressão final: “serão consideradas de interesse militar, conforme prevê o art. 4º, parágrafo único, da lei federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964”, que versa sobre atividade militar para não ser confundido com a lei do serviço militar

d) no § 1º do art. 3º, acrescenta-se a expressão “desde que em dia com o serviço militar”, uma vez que o jovem de 18 anos ainda pode estar em fase de seleção no serviço militar e para que seja voluntário tem que estar em dia, ou seja liberado pelas Forças Armadas;

e) no art. 4º altera-se a redação quanto a prorrogação do serviço, para que não atinja três anos e crie-se vínculo empregatício, colocando-se a expressão “podendo ser prorrogado por um período e meio”;

f) no art. 5º, supprime-se o conteúdo, uma vez que a responsabilidade da União fiscalizar, pois traria um encargo e despesas para União;

g) no art. 6º supprime-se a expressão “especialmente no tocante às condições de incorporação, emprego, vencimentos, uniformes, treinamento, assistência de saúde e desincorporação”, uma vez que essa matéria já é contemplada na capacidade legislativa do ente federado;

h) supprime-se o art. 8º uma vez que a citação a lei do serviço militar poderia criar um vínculo de serviço militar obrigatório, com o serviço voluntário.

O projeto em epígrafe, com as alterações propostas, atende, portanto, aos quesitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Quanto ao PL nº 2.223/96, reitero o meu voto de antijuridicidade e inconstitucionalidade, pois a matéria é totalmente diversa da constante do PL 88/99, pois este aproveita o excesso de contingente do serviço militar obrigatório, nas instituições estaduais: aquele, por sua vez, dispensa do serviço militar obrigatório, os voluntários ao serviço de bombeiro municipal.

Outrossim, a matéria do PL nº 88/99, encontra-se em regime de urgência, no Plenário da Câmara, estando em processo de uniformização do texto final, quanto ao mérito, junto às lideranças partidárias, inclusive a do Governo.

Diante do exposto, votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 88/99, ficando assim redigido:



**SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELO RELATOR****PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1.999.**

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do Serviço Auxiliar Voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das polícias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.



§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20 % (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.

§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

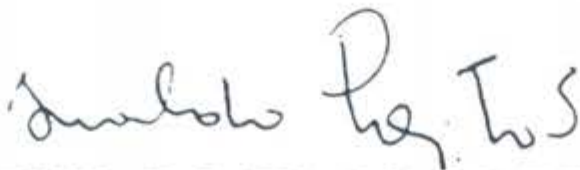
Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se a lei penal militar, aos regulamentos e as normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quando autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 01 de 06 1999

  
DEPUTADO INALDO LEITÃO  
RELATOR



### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela inconstitucionalidade, injuridicidade e falta de técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.223-B/96 e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo, do de nº 88/99, apensado, nos termos do parecer do Relator, Deputado Inaldo Leitão. O Deputado Iédio Rosa absteve-se de votar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Carlos Aleluia - Presidente, José Roberto Batochio e Inaldo Leitão - Vice-Presidentes, Antônio Carlos Konder Reis, Darci Coelho, Jaime Martins, Moreira Ferreira, Paulo Magalhães, Ricardo Fiúza, Vilmar Rocha, Cezar Schirmer, Freire Júnior, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Renato Vianna, Aloysio Nunes Ferreira, André Benassi, Jutahy Junior, Moroni Torgan, Nelson Otoch, Vicente Arruda, Zenaldo Coutinho, Zulaiê Cobra, Antônio Carlos Biscaia, Geraldo Magela, Marcelo Déda, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Caio Riela, Luiz Antônio Fleury, Fernando Coruja, Sérgio Miranda, Luciano Bivar, Átila Lins, José Ronaldo, Henrique Eduardo Alves, Themistocles Sampaio, José Antônio, Eduardo Paes, Léo Alcântara, Edmar Moreira, Iédio Rosa, Bispo Rodrigues, Geovan Freiras, Dr. Rosinha, Waldir Pires, José Dirceu e Roberto Balestra.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 1999

  
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA  
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1997SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Dispõe sobre o serviço auxiliar e voluntário nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares o serviço auxiliar e voluntário, de caráter temporário nas condições previstas nesta lei e na regulamentação estadual.

Art. 2º O serviço auxiliar voluntário, nas policias militares e corpos de bombeiros militares terá por finalidade a execução de atividades administrativas dos serviços auxiliares de saúde e Defesa Civil, além de outras que o Estado determinar em regulamentação própria.

§ 1º É vedado ao prestador do Serviço Auxiliar Voluntário o exercício do poder de polícia nas vias públicas, exceto em área de segurança regulamentada.

§ 2º O Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal, mediante proposta do Comandante Geral, disciplinará as atividades que serão realizadas pelos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 3º O recrutamento para o serviço auxiliar voluntário, no âmbito das policias militares e corpos de bombeiros militares, obedecerá o critério de seleção entre os alistados que excederam às necessidades de incorporação nas Forças Armadas e que estiverem aptos para as atividades que irão desempenhar.

§ 1º Serão aproveitados os que forem voluntários ao serviço e tiverem entre 18 e 21 anos de idade completos, desde que em dia com o serviço militar.

§ 2º O efetivo a ser aproveitado não poderá exceder à proporção de 20% (vinte por cento) do efetivo de brasileiros aptos em inspeção de saúde e colocados em excesso de contingente por haverem ultrapassado as necessidades de incorporação nas Forças Armadas.



§ 3º O efetivo incorporado, em cada Unidade da Federação, respeitado o limite fixado no parágrafo anterior, não poderá exceder à proporção de 1 (um) voluntário para cada 5 (cinco) integrantes do efetivo determinado em lei para a instituição policial militar ou bombeiro militar.

Art. 4º A prestação do serviço auxiliar voluntário nas polícias militares e corpos de bombeiros militares terá duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um período e meio, observado o interesse da instituição e a regulamentação estadual.

Art. 5º Obedecido o disposto na legislação federal, caberá à Unidade Federativa disciplinar a situação jurídica dos prestadores do serviço auxiliar voluntário.

Art. 6º O prestador do serviço auxiliar voluntário submete-se a lei penal militar, aos regulamentos e as normas da respectiva instituição, podendo ser desincorporado sumariamente, por ato do Comandante Geral, em razão da prática de transgressão disciplinar, devidamente apurada.

Parágrafo único. O prestador do serviço auxiliar voluntário poderá, quanto autorizado pela respectiva Instituição, portar armamento exclusivamente no exercício de suas atividades, sendo-lhe vedado o porte quando em trânsito ou em folga.

Art. 7º Aplica-se o disposto, na presente lei, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de junho de 1999

  
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA  
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

-501 11348 020546



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROCESSO Nº PL 88/99 /

ORGÃO: SEPOG  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
P-2000/20546 (V. 1)  
DATA: 05.10.2000  
ASSUNTO: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA-P  
INTERESSADO: SENADO FEDERAL PRIMEIRA  
PROCEDÊNCIA: LSI  
ORGÃO: SEPOG

INTERESSADO: \_\_\_\_\_

PROCEDÊNCIA: \_\_\_\_\_

ASSUNTO: \_\_\_\_\_



Lote: 78  
PL N° 88/1999  
Caixa: 5  
170

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Recebido	
Orgão	Primeira Secretaria
Data:	06/11/99
Ass:	Angela
	Hora: 11:30
	Exp. 11: 3491

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
- 501 11348 020546  
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL

Ofício nº 1357 (SF)

Brasília, em 17 de setembro de 2000.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1999 (PL nº 88, de 1999, nessa Casa), que "estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências".

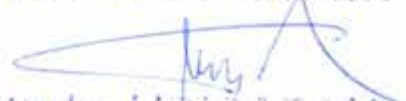
Atenciosamente,



Senador Carlos Patrocínio  
Primeiro-Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 06/10/00, Ao Senhor  
Secretário Geral da Mesa.



Deputado UIRATAN AGUIAR  
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ubiratan Aguiar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
jbs/plc99058

ARQUIVE-SE  
Em 10/10/00  
Secretário-Geral da Mesa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

26001 1059 021749



ACQUILACÃO DE COMENSAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROCESSO Nº PL 88/99 /

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
P-2000/21749 (V. 1)  
DATA : 26.10.2000  
ASSUNTO : PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA-Pro  
Lei  
INTERESSADO: SENADO FEDERAL PRIMEIRA SE  
PROCEDENCIA: SENADO FEDERAL

INTERESSADO: \_\_\_\_\_

PL 88/99 quie 105/00

PROCEDÊNCIA: \_\_\_\_\_

ASSUNTO: \_\_\_\_\_

Caixa: 5

Lote: 78  
PL N° 88/1999  
173

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CD	
P. 1	
Ass: <i>Sumaira S</i>	
D. 26/10/00	17:20
Ass: <i>Angela</i>	Ponto: 3491



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
26 OUT 2000 021749  
DIREÇÃO DE COMUNICAÇÕES  
PROTOCOLO GERAL

Ofício nº 1509 (SF)

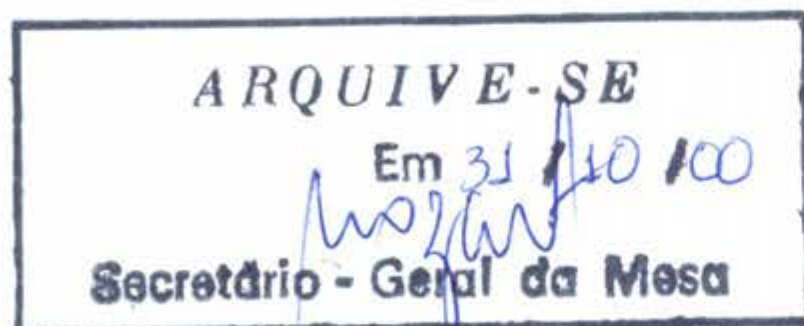
Brasília, em 25 de outubro de 2000.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1999 (PL nº 88, de 1999, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e transformado na Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, que "estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências".

Atenciosamente,

Senador Carlos Patrocínio  
Primeiro-Secretário, em exercício



A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Ubiratan Aguiar  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
Vpl/plc99058

PRIMEIRA SECRETARIA

Em, 26/10/2000.

De ordem, ao senhor Secretário-Geral da Mesa para as devidas providências.

Diogo Alves de Oliveira Júnior  
Chefe do Gabinete



Senado  
20/10/2000



Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

**Art. 2º** A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo nos seguintes casos:

- I – em virtude de solicitação do interessado;
- II – quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III – em razão da natureza do serviço prestado.

**Art. 3º** Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I – homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II – mulheres, na mesma faixa etária do inciso I.

**Art. 4º** Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

- I – número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;
- II – os requisitos necessários para o desempenho das atividades ínsitas aos serviços a serem prestados; e
- III – o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

**Art. 5º** Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros



Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

**Art. 6º** Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, em 19 de setembro de 2000

  
Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

Aviso nº 1.795 - C. Civil.

Brasília, 20 de outubro de 2000.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 58, de 1999 (nº 88/99 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RONALDO CUNHA LIMA**  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
**BRÁSÍLIA-DF.**



Mensagem nº 1.477

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000.

Brasília, 20 de outubro de 2000.



LEI Nº 10.029, DE 20 DE OUTUBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo nos seguintes casos:

- I – em virtude de solicitação do interessado;
- II – quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados;
- III – em razão da natureza do serviço prestado.

ou

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I – homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II – mulheres, na mesma faixa etária do inciso I.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:



Fl. 2 da Lei nº 10.029, de 20.10.2000.

I – número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;

II – os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e

III – o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.



Aviso nº 1.795 - C. Civil.

Brasília, 20 de outubro de 2000.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 58, de 1999 (nº 88/99 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000.

Atenciosamente,



PEDRO PARENTE  
Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RONALDO CUNHA LIMA**  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
**BRÁSÍLIA-DF.**



Mensagem nº 1.477

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000.

Brasília, 20 de outubro de 2000.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "F. Collor", is written below the date. The signature is stylized, with a large 'F' and a cursive 'Collor'.

LEI Nº 10.029, DE 20 DE OUTUBRO DE 2000.

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

**O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo nos seguintes casos:

- I – em virtude de solicitação do interessado;
- II – quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados;
- III – em razão da natureza do serviço prestado.

ou

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I – homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II – mulheres, na mesma faixa etária do inciso I.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:



Fl. 2 da Lei nº 10.029, de 20.10.2000.

I – número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder a proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;

II – os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e

III – o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.







# Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVIII Nº 204-E Brasília - DF, segunda-feira, 23 de outubro de 2000 R\$ 1,72

NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

## Aviso

Esta edição é composta de um total de 184 páginas, incluindo o Caderno Eletrônico com 144 páginas e o Convencional com 40.

## Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Judiciário .....	1
Atos do Poder Legislativo .....	1
Atos do Poder Executivo .....	2
Presidência da República .....	3
Ministério da Justiça .....	3
Ministério da Fazenda .....	7
Ministério dos Transportes .....	25
Ministério da Educação .....	26
Ministério da Cultura .....	31
Ministério do Trabalho e Emprego .....	50
Ministério da Previdência e Assistência Social .....	51
Ministério da Saúde .....	54
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio .....	56
Exterior .....	59
Ministério de Minas e Energia .....	70
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .....	76
Ministério das Comunicações .....	77
Ministério da Ciência e Tecnologia .....	77
Ministério do Meio Ambiente .....	78
Ministério da Integração Nacional .....	79
Ministério do Desenvolvimento Agrário .....	80
Ministério Público da União .....	81
Tribunal de Contas da União .....	135
Poder Judiciário .....	135
Índice .....	135

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### Plenário

#### DECISÕES

#### Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

(PUBLICAÇÃO DETERMINADA PELA LEI Nº 9.868, DE 10.11.1999)

#### Julgamentos

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** (1)  
N. 2.238-5 - medida liminar  
PROCED. : DISTRITO FEDERAL  
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO  
REQTE. : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B  
ADV. : PAULO MACHADO GUIMARÃES E OUTRO  
REQTE. : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

ADV. : MÁRCIO LUIZ SILVA E OUTROS  
REQTE. : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB  
ADV. : LUIZ ARNOBIO DE BENEVIDES COVÊLLO  
REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

**Decisão** : O Tribunal, por unanimidade, rejeitou a arguição de inconstitucionalidade formal da lei, em sua totalidade, ao argumento de que o projeto deveria ter voltado à Câmara dos Deputados em razão de o Senado ter alterado certos dispositivos da lei. Votou o Presidente. Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por maioria, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, rejeitou a arguição de inconstitucionalidade formal da lei, em sua totalidade, ao argumento de que o projeto teria que ter disciplinado por inteiro o artigo 163 da Constituição Federal. Votou o Presidente. Em seguida, após os votos dos Senhores Ministros Ilmar Galvão (Relator), Marco Aurélio, Sepúlveda Pertence, Octavio Gallotti e o Presidente (Ministro Carlos Velloso), deferindo a medida cautelar de suspensão dos efeitos do artigo 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e dos votos dos Senhores Ministros Nelson Jobim, Celso de Mello, Sydney Sanches e Moreira Alves, que indeferiram a medida cautelar, o julgamento foi suspenso a fim de aguardar os votos dos Senhores Ministros Mauricio Corrêa e Néri da Silveira, ausentes justificadamente. Plenário, 28.9.2000.

**Decisão** : Prosseguindo no julgamento, o Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Ilmar Galvão (Relator), Sepúlveda Pertence, Octavio Gallotti, Néri da Silveira e o Presidente (Ministro Carlos Velloso), indeferiu a medida cautelar de suspensão dos efeitos do artigo 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Retificou o voto proferido anteriormente o Senhor Ministro Marco Aurélio. Em seguida, o julgamento foi adiado por indicação do Relator. Plenário, 11.10.2000.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** (2)  
N. 2.238-5 - questão de ordem  
PROCED. : DISTRITO FEDERAL  
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO  
REQTE. : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B  
ADV. : PAULO MACHADO GUIMARÃES E OUTRO  
REQTE. : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT  
ADV. : MÁRCIO LUIZ SILVA E OUTROS  
REQTE. : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB  
ADV. : LUIZ ARNOBIO DE BENEVIDES COVÊLLO  
REQDO. : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
REQDO. : CONGRESSO NACIONAL

**Decisão** : O Tribunal, por unanimidade, resolvendo questão de ordem proposta pelo Relator, indeferiu os pedidos da Advocacia-Geral da União, um no sentido de serem ouvidos os Estados-membros, e o outro no sentido de, na forma e com observância do artigo 12 da Lei nº 9.868/99, submeter as ações diretas ao julgamento definitivo do Tribunal, anulando-se o julgamento ora em andamento. Votou o Presidente. Plenário, 11.10.2000.

Secretaria de Apoio aos Julgamentos  
ALBERTO VERONESE AGUIAR  
Secretário

(Of. El. nº 195/2000)

## Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 10.029, DE 20 DE OUTUBRO DE 2000

Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde e de defesa civil nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º A prestação voluntária dos serviços terá duração de um ano, prorrogável por, no máximo, igual período, a critério do Poder Executivo, ouvido o Comandante-Geral da respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo único. O prazo de duração da prestação voluntária poderá ser inferior ao estabelecido no *caput* deste artigo nos seguintes casos:

- I - em virtude de solicitação do interessado;
- II - quando o voluntário apresentar conduta incompatível com os serviços prestados; ou
- III - em razão da natureza do serviço prestado.

Art. 3º Poderão ser admitidos como voluntários à prestação dos serviços:

- I - homens, maiores de dezoito e menores de vinte e três anos, que excederem às necessidades de incorporação das Forças Armadas; e
- II - mulheres, na mesma faixa etária do inciso I.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal estabelecerão:

- I - número de voluntários aos serviços, que não poderá exceder à proporção de um voluntário para cada cinco integrantes do efetivo determinado em lei para a respectiva Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar;
- II - os requisitos necessários para o desempenho das atividades insitas aos serviços a serem prestados; e
- III - o critério de admissão dos voluntários aos serviços.

Art. 5º Os Estados e o Distrito Federal poderão estabelecer outros casos para a prestação de serviços voluntários nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares, sendo vedados a esses prestadores, sob qualquer hipótese, nas vias públicas, o porte ou o uso de armas de fogo e o exercício do poder de polícia.

Art. 6º Os voluntários admitidos fazem jus ao recebimento de auxílio mensal, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere esta Lei.

§ 1º O auxílio mensal a que se refere este artigo não poderá exceder dois salários mínimos.

§ 2º A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de outubro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
José Gregori